

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Rafael Chies Paschoali

**CONTROLE DA LINGUAGEM, DISTOPIA E APAGAMENTO DA HISTÓRIA:  
Ideologia, tempo e narrativa na obra *1984* de George Orwell (1949)**

Porto Alegre  
2021

Rafael Chies Paschoali

**CONTROLE DA LINGUAGEM, DISTOPIA E APAGAMENTO DA HISTÓRIA:  
Ideologia, tempo e narrativa na obra *1984* de George Orwell (1949).**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como pré-requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Jocelito Zalla

Porto Alegre  
2021

Rafael Chies Paschoali

**CONTROLE DA LINGUAGEM, DISTOPIA E APAGAMENTO DA HISTÓRIA:  
Ideologia, tempo e narrativa na obra *1984* de George Orwell (1949).**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como pré-requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Jocelito Zalla

Aprovado em:

Conceito:

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Jocelito Zalla (Orientador) - UFRGS

---

Prof(a) Dra. Cássia Daiane Macedo da Silveira - UFRGS

---

Prof. Dr. Rafael da Cunha Duarte Francisco - Escola Parque/RJ

## AGRADECIMENTOS

Às pessoas que compõem a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, eu agradeço por criarem e fazerem parte de um ambiente plural que, para mim, fez função de desarranjar toda uma visão de mundo antes contida pelo excesso de semelhanças. Em especial ao corpo docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH que, através de suas particularidades e qualificação, me instigaram, em simplificação, a sempre questionar os meus arredores.

Em especial, ao meu orientador Jocelito Zalla, eu agradeço pela experiência compartilhada, pela competência não só histórica, mas também literária, e por fazer mais perguntas do que dar respostas.

Agradeço àqueles que caminham ao meu lado desde que surgi no mundo: à minha mãe, Rosane, pelo teu poder de cativar, pela tua determinação investigativa e pela tua risada; e ao meu pai, Renato, por na maioria das vezes preferir o silêncio, ser o maior professor através do exemplo que já conheci. Sou grato por, mais do que ninguém, entenderem e respeitarem meu espaço e meus jeitos (afinal, vários deles vieram de vocês).

À minha irmã, Renata, eu sou grato pelo lugar ausente de julgamento que criamos juntos. Mana, a parceria, confiança e confidência que temos são especiais e me sinto leve cada vez que penso nelas.

Ao meu norte, meu sul, leste e também oeste durante todo o curso. Cristian, eu expresso minha gigantesca gratidão pelo exemplo de maestria que tu proporciona ao mundo. A tua maneira de ser me ensinou um novo jeito de amar.

À Sofia, minha parceira, cujo sorriso, bochechas, nariz e olhos colorem meus dias. Teu carinho, confiança e atenção são essenciais durante todo esse processo que chamamos de vida. A luz que de ti emana ilumina e esquenta os cantos mais frios do mundo.

Ao Guilherme, meu cônjuge, eu agradeço pelas infinitas conversas, pelos sanduíches e pela convivência. Construir um lar e um cotidiano com alguém é, repito de novo e de novo, umas das mais grandiosas coisas do mundo. Só me resta sorrir quando vejo que foi contigo.

Aos meus irmãos, Filipe, Rubens e Thomaz, eu agradeço por serem exemplos de excelência que me impulsionam na direção de ser melhor. Que para sempre sejamos o horizonte uns dos outros. Assim, nunca deixaremos de seguir em frente.

Agradeço à Isadora, simplesmente por ser uma presença constante em minha vida transfigurada em cafés. Teu charme deixa tudo mais bonito. Agradeço, também, à Louise, por

ser um poço inesgotável de energia e dedicar parte dela a mim. Sou grato, às duas, pelo acalento mútuo enquanto enfrentávamos uma nova e grande cidade.

Agradeço aos meus colegas e amigos da história Gustavo, Lenander e Matheus, que tornaram o início da graduação (um momento em que não se sabe muito bem o que está acontecendo) mais leve e divertido.

Por fim, expresso meus agradecimentos e cumprimentos à força maior que me colocou em contato com todos e todas mencionados acima.

*“Um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois.”*

**Walter Benjamin**

## RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo apontar a importância da história a partir da análise de um universo ficcional no qual ela não existe: o da obra literária *1984*, publicada pelo inglês George Orwell em 1949. Após realizar uma abordagem histórica das gerações literárias utópica e distópica do final do século XIX e início do XX – e atentar para a trajetória do autor que, como intelectual do seu tempo, foi ativo nas discussões e problematizações políticas das décadas de 1920 a 1940 –, este trabalho focaliza as maneiras como, no universo da ficção e no mundo que ela tematiza, o controle – físico e mental – do indivíduo é possibilitado *a)* pela ausência da história e *b)* por determinados aspectos presentes em governos totalitários. Apoiado de maneira teórica e reflexiva nas construções filosóficas de Hannah Arendt e Paul Ricoeur, o trabalho aponta esses aspectos como sendo, entre outros, a poda linguística, a aplicação da ideologia à política e o controle da narrativa. Dessa forma, através das perspectivas proporcionadas pela obra de literatura e pelos ensaios políticos e filosóficos, propusemos que, em Orwell, a liberdade de pensamento criativo do ser humano está intimamente ligada com o seu situar-se no tempo.

**Palavras-chave:** História e Literatura; George Orwell; Distopia; Poda Linguística; Regimes Totalitários; Tempo e Narrativa; Controle Total.

## ABSTRACT

The following research aims to indicate the importance of history from the analysis of a fictional universe in which it does not exist: the one created in 1949 by George Orwell in the book *Nineteen Eighty-Four*. After making a historic approach of the literary movements known as utopian and dystopian of the end of the nineteenth century and beginning of the twentieth century – as well as bringing attention to the author's trajectory, as an intellectual of his time, and also as an active subject in the political discussions and problematizations of the 1920s and 1940s –, this work focuses on the ways with which, in the fictional universe and the world thematized by it, the physical and mental control is made possible through: *a)* the absence of history and *b)* by certain existent aspects in totalitarian governments. Supported in theoretical and reflexive ways by the philosophic constructions of Hannah Arendt and Paul Ricoeur, this work indicates these aspects as being, among others, the linguistic pruning, the application of ideology to politics, and the narrative control. Therefore, through the perspectives made possible by the literary work and by the political and philosophic essays, we propose that, for Orwell, the human being's freedom of creative thought is deeply connected to its ability to situate itself in time.

**Keywords:** History and Literature; George Orwell; Dystopia; Linguistic Pruning; Totalitarian Governments; Time and Narrative; Absolute Control.



## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	<b>9</b>
<b>Capítulo 1. “A Fria Consciência de uma Geração”</b>	<b>15</b>
1.1 O autor e a distopia	15
1.2 A “longa sombra” do 1984	18
<b>Capítulo 2. Tolerável por não ter memória</b>	<b>25</b>
2.1 O lugar do indivíduo no regime totalitário	26
2.2 Ideologia aplicada à política	33
<b>Capítulo 3. Congelamento narrativo da criatividade</b>	<b>37</b>
3.1 Controle massificado do pensamento	37
3.2 Narrativa em forma de liberdade	40
<b>Considerações Finais</b>	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>49</b>

## Introdução

É indiscutível a importância do *o quê* e do *como* nas nossas ações e realizações, mas é o *por que* o impulsionador principal desta pesquisa. O sentido do estudo da história – como disciplina e como campo prático da experiência humana – e a sua relevância são saberes essenciais para todo historiador e toda historiadora. Antes de qualquer conteúdo prático, os profissionais da área devem ser capazes de construir argumentos, seja para qual for o público, sobre a importância do estudo da história. Tendo consciência e alívio ao saber que não há somente uma resposta para a indagação, com a presente pesquisa surge a vontade de trilhar um caminho próprio – apoiado teórica e metodologicamente em saberes consolidados – na direção de responder à pergunta: por que é importante estudar história?

Inúmeras ramificações são abertas pela indagação acima. As possibilidades são impulsionadas pelas capacidades subjetivas de imaginação, interpretação e argumentação de quem se dispõe a pensar sobre o assunto. Reconhecendo a limitação da experiência, mesclada com a riqueza da singularidade, estreitamos o foco de pesquisa e optamos por trabalhar a história em conjunto, de maneira majoritária mas não única, com outra área do conhecimento: a literatura de imaginação. Em primeiro momento, é uma interpretação possível a de que a literatura caminha de maneira paralela à história, duas esferas separadas mas que caminham com um mesmo impulso: a experiência humana. Os romances literários não são obrigatoriamente baseados na realidade e, mesmo sendo de importância para a sua qualidade final, não é imperioso uma pesquisa histórica para escrevê-los. Assim, a forma científica de estudar e realizar história se opõe a esta relativa liberdade de imaginação desfrutada pelos autores de literatura. Entretanto, assim como na disciplina da história, existem muitos saberes de outras áreas emulados na construção de uma ficção e isso permite uma rica interação entre as duas áreas. Nesta pesquisa, compreendemos a literatura como manifestação narrativa<sup>1</sup> do vivido e, com ela, temos um modo de canalização da experiência humana que *propicia e pede* uma análise histórica.

Registros – sejam eles de natureza escrita, de cultura material ou oral – são criações humanas e, por consequência, incubem a humanidade inserida em uma manifestação única da realidade. Escritos, produções artísticas e criações como um todo são repletos de originalidade

---

<sup>1</sup> O filósofo francês Paul Ricoeur trabalhou extensamente em suas obras a relação entre a configuração linguística e a experiência humana, tendo sua manifestação maior nos três tomos de *Tempo e Narrativa* (1983-85), subtítulo desta pesquisa. *Narrar*, para ele, está intimamente relacionado com *conhecer*. Os conceitos de narrativa e de tempo permearão toda a monografia, passando por análise maior no terceiro capítulo, intitulado *Congelamento narrativo da criatividade*.

proporcionada pela condição de vida dos sujeitos, inseridos espacial e temporalmente em determinada situação. Essa originalidade, mesmo que partindo de uma releitura, de uma adaptação de algo já existente, passa a ser algo novo, remodelado, que possui uma manifestação própria do sujeito que participou ativamente dela. Esse processo de *refiguração*, como veremos mais adiante, é descrito por Paul Ricoeur como *mimese*.

Nesse sentido, situar a obra no seu devido período e lugar faz parte do reconhecer ao outro e a si mesmo como sujeitos, submetidos aos seus respectivos espaço e tempo. Isto é exercício basilar não somente para compreender história, mas para ser capaz de manifestar a subjetividade inerente do ser humano. Temos, assim, a literatura como uma dessas manifestações por excelência.

Para o historiador Nicolau Sevcenko (*apud* MARTINS. 2015, p. 3892), o historiador se ocupa da *realidade* enquanto o escritor é atraído pela *possibilidade*. Realizar uma separação entre os ofícios é necessário não só para manter a clareza do trabalho, mas também para permitir uma arena de ação em comum, profícua para pensar sobre as relações entre a realidade e a possibilidade. Como na contracapa do livro de notas *História e Literatura*, de Flávio Loureiro Chaves:

A fronteira entre a história e a literatura não separa os dois territórios. Antes, determina o ponto de convergência onde podemos observar a unidade do texto literário. Um momento privilegiado em que as paralelas se cruzam e a ficção ilumina a realidade presente (1988).

Iniciemos pela *possibilidade*. A possibilidade pela qual nos atraímos é a ficção distópica<sup>2</sup> *Mil novecentos e oitenta e quatro* (1984), do inglês George Orwell. Publicado pela primeira vez em 1949, o livro expõe um cenário em que, no ano de 1984, um partido<sup>3</sup>, sob um líder populista chamado de Grande Irmão, governa soberano ao equivalente de um terço do território geográfico mundial, denominado Oceânia, e que, para manter este controle absoluto sobre os seus, lança mão de métodos extremos de monitoramento da comunicação, da narrativa e do comportamento. As circunstâncias próprias de tempo e espaço que levaram Orwell a imaginar esta possibilidade formam, então, a sua *realidade*. Esta realidade, por sua vez, está recortada historicamente nas décadas de 1920 e 1940, nos continentes europeu e asiático, que foram cenário da ascensão e consolidação de governos sob o comando de

<sup>2</sup> Por importância, o conceito de ficção distópica, assim como análise do seu surgimento e transformações no século XX, será explicitado no primeiro capítulo da monografia, intitulado “*A Fria Consciência de uma Geração*”.

<sup>3</sup> A partir daqui, faremos referência a ele tal qual Orwell o faz no romance, com artigo definido e letra maiúscula: o Partido.

partidos políticos que situavam-se no extremo do espectro de seus posicionamentos ideológicos. Tais governos, mesmo ocorrendo em países distintos, possuíam um rol de características em comum, sendo assim chamados, por conceito, de Regimes Totalitários<sup>4</sup>.

A interseção entre realidade e possibilidade se materializa – ou melhor, se humaniza – na figura do próprio Orwell. Contemporâneo da ascensão e da queda do fascismo italiano e do nazismo alemão, assim como da solidificação totalitária soviética, o escritor demonstrou como costume escrever romances baseados em suas experiências de vida. *Dias na Birmânia* (1934) foi inspirado na sua passagem pelo país do sudeste asiático entre 1922 e 1927, e *Homenagem à Catalunha* (1938) frutificou do voluntariado na Guerra Civil Espanhola. Ademais, não seria errado dizer que, além de crítica, *A Revolução dos Bichos* (1945) representou o seu desgosto com a manifestação prática do socialismo stalinista<sup>5</sup>. Nosso romance de estudo, *1984*, entretanto, faz um movimento de *projeção*. É inegável que sua concepção é devida às experiências de Orwell, porém é partindo deste diagnóstico de realidade presente que ele realiza o prognóstico característico de uma distopia<sup>6</sup>.

Assim, é nesta dança entre realidade e possibilidade que pretendemos nos inserir. Analisar como o estudo do que *foi*, em conjunto com a escrita do que poderia *vir-a-ser*, nos ajuda a entender, criticar e modificar o que *é*.

Dessa maneira, o objetivo geral da pesquisa forma-se no compreender como a linguagem tematizada na ficção de Orwell, formulada em narrativa na sua relação com o poder, pode anular o pensamento criativo subjetivo dos personagens. Para isso, lançaremos mão de objetivos específicos que darão sustento e clareza ao caminho seguido:

- I. Inserir-se na realidade histórica de George Orwell e procurar entender como ela o motivou, enquanto sujeito, a conceber uma obra literária distópica como ato de reflexão e de intervenção.

---

<sup>4</sup> *Realidade e possibilidade*, conforme mencionadas anteriormente, no que diz respeito aos Regimes Totalitários, têm suas fronteiras borradas em virtude do aspecto opressor e sufocante pretendido pelo controle desses regimes. De acordo com a filósofa contemporânea Hannah Arendt: “Em meus estudos do totalitarismo, tentei mostrar que o fenômeno total, com seus berrantes traços anti-utilitários e seu extremo menosprezo pela factualidade, se baseia, em última análise, na convicção de que tudo é possível (...) Os sistemas totalitários tendem a demonstrar que a ação pode ser baseada sobre qualquer hipótese e que, no curso da ação coerentemente guiada, a hipótese particular se tornará verdadeira, se tornará realidade factual concreta. A hipótese que subjaz à ação corrente pode ser tão louca quanto se queira; ela sempre terminará por produzir fatos que são objetivamente verdadeiros. (...) [logo] o axioma do qual partiu a dedução (...) não necessita sequer se harmonizar com os fatos dados no mundo objetivo no momento em que a ação começa; o processo da ação, se for coerente, passará a criar um mundo no qual as hipóteses se tornam axiomáticas e autoevidentes” (ARENDDT, 2016, p. 123-124).

<sup>5</sup> Para mais sobre, ver *A Vitória de Orwell*, de Christopher Hitchens, pp. 35-36.

<sup>6</sup> O conceito de distopia, assim como sua colocação na literatura e na mentalidade da geração do início do XX também serão abordados no primeiro capítulo da pesquisa.

- II. À luz dos pensamentos da filósofa Hannah Arendt, expor elementos práticos e ideológicos do totalitarismo presentes no romance ficcional *1984* e analisar qual o lugar do indivíduo em um regime totalitário.
- III. Partindo da hermenêutica de Paul Ricoeur, entender como a configuração da experiência do vivido (ação) em narrativa pode ser manipulada a ponto de anular o pensamento livre do indivíduo.

Em vistas de saciar a indagação inicial, acerca da importância do estudo da história, realizar-se-á uma construção teórico-reflexiva baseada nos escritos da filósofa alemã Hannah Arendt e do filósofo francês Paul Ricoeur. Tal construção tem função de lançar luz aos aspectos nocivos de um mundo – como aquele descrito por Orwell no *1984* – sem história. Buscando compreender como governos opressores baseados no terror se legitimam e perpetuam seu poder, os dois pensadores trabalham com o modo de agir humano, propondo questões no tocante ao que é inerente do *ser*: No recorte feito na presente pesquisa, abordamos os fatores – como a linguagem, o controle de pensamento e a comunicação em massa – propostos por eles como ferramentas estruturantes que podem ser utilizadas por governos que visam o controle total: dos territórios, da política, das ideias e – de maneira física e mental – do ser humano.

No tocante à sua fortuna crítica, a produção sobre o *1984* é ampla<sup>7</sup>. A abrangência da reflexão proporcionada pela obra impulsiona escritores, pesquisadores e estudantes de diferentes áreas na direção de buscar novas camadas de sentido no livro. Com isso, encontrar um ângulo novo de análise pode tornar-se algo difícil, porém longe de ser impossível. Saber da existência e apoiar-se em artigos e teses sobre o tema é realizar um trabalho assentado cientificamente, utilizando-os como alicerce de partida e amparo a meio caminho, para situar os aspectos já trabalhados e destacar as particularidades inerentes à pesquisa.

Para desenvolver e estruturar o argumento na presente pesquisa, a monografia seguirá a organização em três capítulos, cada um separado por seu tema específico, porém relacionado aos demais, visto que as características gerais da narrativa aplicam-se a toda tessitura da intriga engendrada na escrita dos mesmos. A relação entre ação e autor, escrita e

---

<sup>7</sup> Além dos trabalhos citados no corpo da pesquisa, mencionamos os seguintes textos da área da história: (CRESPANI, 2006); (DA SILVA, 2009); (LEITE, 2018); da área da filosofia: (SILVA, 2010); da área das linguagens: (BRIZOTTO, 2017); (ERALLDO, 2017); (OLIVEIRA, 2014); (PASQUALI, 2020); e da área do direito: (MORAES, 2019).

leitor é interdependente, tornando-se conectada desde o *agir*, perpassando pelo *narrar* e atingindo seu ponto final e renovador no *interpretar*.

O primeiro capítulo trata da formação de uma tradição literária baseada em distopias que, a partir de uma cultura de pensamento utópica do século XIX, transformou-se, principalmente, após o acontecimento histórico da Grande Guerra (1914-1918), influenciadora da mentalidade de toda uma geração. Após, inserimo-nos em partes da trajetória de vida de George Orwell, sendo ele exemplo dessa geração que tratou de manifestar sua realidade de forma literária – assim como ensaística. As vivências reais do autor manifestadas em fatores presentes no *1984* são múltiplas e é cabível realizar uma retomada para procurar razão nas projeções feitas por ele. As projeções – prognóstico – são fruto das preocupações de Orwell, principalmente acerca do controle de pensamento possibilitado pelo uso mal intencionado de ferramentas como a linguagem e pela produção e alteração de registros históricos descompromissados com a verdade.

No capítulo dois, apresentamos de maneira mais aprofundada o universo criado por Orwell no livro *1984*. Mais do que uma passagem pela trajetória do protagonista Winston Smith, procuramos expor pontos da obra que apresentam as características opressoras do regime, além dos efeitos de tal opressão nas esferas pública e privada do cidadão. Apoiados nos pensamentos de Hannah Arendt, analisamos as consequências da aplicação da ideologia à política, conforme realizada por governos totalitários. Com isso, procuramos entender como a vigilância constante atrelada ao cerceamento da linguagem – a partir da criação do novo vernáculo chamado *Novalíngua* – afeta a realidade de indivíduos inseridos em uma sociedade massificada.

No terceiro capítulo, abordamos diretamente a construção do círculo hermenêutico de Paul Ricoeur e analisamos as etapas – mimeses – que o compõem. A exposição dos artefatos totalitários presentes tanto no recorte histórico quanto na obra literária ficcional – interconectados com o círculo linguístico-narrativo do filósofo – procura pensar como é possível inibir a criatividade inerente humana através do atravancamento narrativo intencional.

Dessa maneira, a pesquisa estrutura-se, assim como o círculo hermenêutico ricoeuriano, em três etapas interconectadas: a da *ação*, também chamada de campo prático do vivido, quando analisamos as experiências de um sujeito inserido em um momento histórico específico – Orwell na primeira metade do XX; a da *narrativa*, quando a vivência presente na primeira etapa dá impulsos e motiva uma configuração textual do ocorrido – em forma de

literatura na escrita do *1984* e, para outro exemplo, como ensaio filosófico na obra *Origens do totalitarismo* de Arendt; e, por fim, a da *interpretação*, quando o receptor, ao realizar a leitura, traz suas sedimentações de experiência à tona e adiciona algo de novo à obra. Essa última etapa, evidentemente, se faz presente no decorrer de toda a monografia, porém é no terceiro capítulo que esmiuçamos as mimeses e a sua importância para o pensamento livre.

## Capítulo 1. “A Fria Consciência de uma Geração”

Consideramos importante realizar uma passagem pela vivência do autor da fonte utilizada – que também forma o objeto de pesquisa do trabalho –, assim como situar historicamente seu contexto político e social. Com este movimento de partida, pretendemos entender como se transformou uma tendência literária utópica provinda do século XIX em uma geração que prognosticou universos tão sombrios e duros quanto o apresentado em *1984*.

### 1.1 O autor e a distopia

Eric Arthur Blair nasceu em um império. O maior que havia no seu tempo e, provavelmente, o maior que já houve. No início do século XX, o Império Britânico ocupava e administrava inúmeros territórios ao redor do globo, sendo destaque, no tocante desta pesquisa, o do subcontinente indiano que englobava, entre outros, os atuais países Índia e Myanmar. Na Índia Britânica, no ano de 1903, nasceu o homem que seria futuramente conhecido pelo pseudônimo de George Orwell. Escritor e ensaísta inglês nascido fora da ilha da Grã-Bretanha, entusiasta das línguas e suas aplicações, Orwell trabalhou como policial na Birmânia e depois dedicou-se à escrita de resenhas, ensaios e críticas enquanto jornalista autônomo.

*Orwell: Wintry Conscience of a Generation*<sup>8</sup> – tradução para *Orwell: A Fria Consciência de uma Geração* – intitula a biografia sobre o autor escrita por Jeffrey Meyers, lançada no último ano do século passado. Essa crua descrição pode ser ligada à transformação de concepção de mundo que ocorreu, majoritariamente na mentalidade europeia, com o advento da Primeira Grande Guerra, pela qual Orwell foi fortemente impactado. Na segunda metade do século XIX ocorria a Segunda Revolução Industrial e a expansão econômica e produtiva da Inglaterra era exorbitante. A revolução passava pela sua segunda fase, movida pela eletricidade e pelo aço, e o progresso técnico e científico não caminhou desvinculado de uma visão de mundo utópica.

Aqui, de forma a reforçar a literatura como manifestação da experiência vivida e por consequência da subjetividade humana, temos como exemplo as obras de Júlio Verne, que narram feitos, aventuras e conquistas humanas impulsionadas pela tecnologia e pelo avanço

---

<sup>8</sup> A frase do subtítulo desta biografia é de autoria de V. S. Pritchett, como traz à luz Christopher Hitchens logo no início de *A Vitória de Orwell* (primeira publicação em 2002). Trata-se de outra obra dedicada à vida do autor. A nota se faz pertinente pela ampla discussão ainda existente acerca de Orwell, de suas obras e de suas intenções políticas como escritor e ensaísta.



científico. Como nos exemplos notáveis *Viagem ao Centro da Terra* (1864), *Da Terra à Lua - Viagem Direta em 97 Horas e 20 Minutos* (1865) e *A Volta ao Mundo em 80 Dias* (1872). A grande quantidade de termos técnicos da física e da matemática inseridos nos romances pode surpreender o leitor, porém é condizente com a mentalidade de seu tempo, que atrelava diretamente o bem-estar social à evolução tecnológica. Mesmo não sendo categorizada comumente como utópica, a literatura de Verne serve como manifestação do fruto da razão de toda uma época.

Na etimologia, o termo utopia, criado no século XVI por Thomas More, junta o prefixo *ou* (negação) e o radical *tópos* (lugar) e passa a ideia de algo não existente, algo inalcançável. Um sonho, algo utópico. Logo, como veremos mais adiante, uma distopia é também uma antiutopia, uma *representação de lugar*, que é também um *não-lugar*.

Em *Notícias de Lugar Nenhum* (1890), William Morris homenageia More e deixa escancarada no título a utopia que irá descrever no livro, sendo “lugar nenhum” uma transferência acurada de sentido do termo. No futuro de 2102, a sociedade não conhece mais a indústria nem as fábricas e todos trabalham para o bem comum. Aqui, neste exemplo, a influência do progresso geral não levou a uma projeção tecnicista ao extremo, mas sim ao estágio final do socialismo previsto por Marx. Outra obra de forte influência utópica, escrita por um autor memoravelmente atrelado à ficção científica, é *Uma Utopia Moderna* (1905), de H. G. Wells. Nela, dois viajantes entram em uma fenda espacial e encontram-se numa sociedade que vive sob um só governo, onde reina a igualdade econômica, racial e social. Mais do que o teor ficcional dos exemplos anteriores, salientamos a existência do ideal necessário em cada um dos autores para conjurar universos tão otimistas.

Na introdução e primeiro capítulo da sua tese de doutorado em história social, Rafael da Cunha Duarte Francisco realiza um balanço pertinente sobre a transição entre duas gerações: a primeira, ligada ao XIX, de sonhadores cientificistas; e a segunda, que conheceu os terrores da guerra e do militarismo (2018, p. 23). Para tal conversa, o historiador traz à luz ensaios de reflexão e discussão – todos anteriores à publicação dos romances distópicos do autor inglês, como uma antessala de preparação e, realmente, de *ensaio* para as futuras publicações de um novo gênero literário transformado – de George Orwell e Aldous Huxley, sendo os dois exemplos proeminentes da segunda geração.

Para destacar o distanciamento de Orwell da geração anterior – realizado ativamente também pelo próprio autor –, Francisco escreve que

Para Orwell, esse parece ser o problema com as utopias de uma forma geral: *elas não parecem levar em conta a historicidade do mundo*. Paradas no tempo, não veem a transformação do sonho em pesadelo e, acreditando em um certo espírito da história/época/tempo (zeitgeist), podem terminar aceitando mesmo o pesadelo como a realização do sonho (FRANCISCO, 2018, p. 21, grifo nosso).

Além de considerar as utopias “paradas no tempo”, Orwell tem os autores da geração precedente – especificamente H. G. Wells que, mesmo depois de 1914, não acompanha os mudanças do tempo e tampouco revisa suas previsões – como iludidos e/ou conformistas, por aceitarem o “pesadelo” como realização do “sonho” e por não serem capazes de conferir e reformular suas profecias utópicas. O sentimento de desconforto com sua realidade e a imaginação nascida dele são essenciais para o ímpeto da mudança:

Ela [a distopia] constitui-se como uma maneira muito particular de apreender e pensar a relação do homem com o mundo que o cerca, ou seja, a partir de uma relação de desadequação entre o esse homem e o seu próprio mundo. A distopia, e toda a sua recepção até aqui analisada, relaciona-se a uma espécie *de estar deslocado no mundo* que parece encontrar eco nos enredos ficcionais dos romances, sobretudo quando eles cumprem o seu devir estético: prognosticar o futuro desses mesmos homens deslocados (FRANCISCO, 2018, p. 50, grifo do autor).

Como evidenciado e trabalhado extensamente pelo historiador na sua tese, Orwell dava importância para o *diagnóstico* e para o *prognóstico* ao criticar os escritores precedentes a ele. A capacidade de realizar uma análise acurada do presente está conectada com qualidade do prognosticar, uma vez que, para ele, o diagnóstico (mundo social do autor) e o prognóstico (mundo por vir) não são dissociáveis (FRANCISCO, 2018, p. 18). É realizável, também, o paralelo entre diagnóstico/realidade e prognóstico/possibilidade, como apresentados na introdução desta monografia. Os romances *Admirável Mundo Novo* e *1984* são a manifestação da imaginação prospectiva dos autores, o engendramento de seus universos, enquanto os ensaios, anteriores, formam a argumentação de Huxley e Orwell em defesa da transformação de mentalidade vivida por eles e necessária para escrever com mais propriedade acerca do que virá.

Em dissertação da área das letras, Evanir Pavloski escreve sobre os tipos de fabricação literária da utopia e da distopia:

Nos dois tipos de produção ocorre a contraposição da realidade a alguma forma de ideal social com o objetivo de promover, no mínimo, uma reflexão sobre os elementos do universo experimental tidos como falhos. Tanto o idílio dos utopistas quanto o pesadelo dos distopistas insere o leitor num contexto de reavaliação conceitual ao colocá-lo diante de uma perspectiva radical e, em muitos casos,

maniqueísta dos caminhos seguidos pelas sociedades históricas (PAVLOSKI, 2005, p.43).

Com destaque ao objetivo de “promover, no mínimo, uma reflexão” que as obras utópicas e distópicas possuem, adiantamos o paralelo feito entre a narrativa *do* e *dentro do* romance. A narrativa do romance, na sua configuração em livro, possui intenções de fazer refletir sobre elementos deficitários de governos reais – caso específico, os totalitários. Já a narrativa dentro do romance, promovida pelo Partido, tem intenções claras de impedir tal reflexão<sup>9</sup>. Há, no seu círculo hermenêutico, uma fase fundamental na qual o leitor/receptor entra em contato com o escrito/narrativa que, por sua vez, são refratados de acordo com os sentidos dados pelo sujeito. A *configuração* do acontecimento – narrativa – passa por uma *refiguração* quando dialoga com o receptor. Como será visto mais à frente, o Partido almeja incapacitar o cidadão da Oceânia de realizar essa refiguração.

Além disso, a distopia possui temperos satíricos por ter olhar crítico sobre as instituições, costumes e ideias de sua época. A insatisfação perante o estabelecido é a sua marca distintiva (MOISÉS, 2004, p. 413). Assim, de acordo com Orwell, o impulsionador da imaginação mais capaz – aqui, visto a fonte, elaboramos com maior fôlego a imaginação distópica – é aquele que parte da observação de elementos contradizentes de sua época e que causa posterior indignação frente a eles, levando a uma exposição dos mesmos de maneira extrapolada. Para Francisco, “a ficção distópica, além de obviamente satírica, também possui um importante elemento realista” (2018, p. 43), lançando luz ao vital serviço de análise da realidade do presente para posterior crítica e reflexão materializadas em literatura.

## 1.2 A “longa sombra” do *1984*

Orwell passou sua infância inglesa no Condado de Oxfordshire e, com dezenove anos, viajou de volta ao oriente para trabalhar na Polícia Imperial Indiana, onde é possível observar alguns pontos de partida de suas preocupações sociais. Lá, ele viu de perto “o trabalho sujo do império” e descreveu, com certa dose de culpa, o receio de transformar-se em um sádico ou em um autômato (HITCHENS, 2010). As memórias profundas de interrogatórios e execuções desta época podem ser vistas transportadas para a última parte de *1984*, assim como o receio de automatismo, que se manifesta em larga escala com a população da Oceânia.

---

<sup>9</sup> Essa interpretação é baseada nos pensamentos de Ricoeur sobre a narrativa e apoiada na leitura de José Carlos Reis do filósofo em artigo. Ver: (REIS, 2016, último parágrafo da página 33, seguido na página 34).

Hitchens, em *A Vitória de Orwell*, traz à luz um artigo de autoria de “E. A. Blair”, publicado na imprensa francesa intitulado *Comment on exploite un peuple: l’Empire Britannique en Birmanie (Como se explora um povo: o Império Britânico na Birmânia)*, no qual enfatizamos a característica da ignorância do povo dominado descrita por ele, principalmente em relação à grande trama comercial de escala intercontinental em que estão inseridos sem ter consciência. Com clareza, tais características são forçadas e desejadas pelo Império, o que forma mais um elo de ligação entre a experiência de Orwell e a manifestação criativa na sua ficção, uma vez que

Isolado do contato com o mundo exterior e do passado, o cidadão de Oceânia é como um homem do espaço interestelar, que não tem como saber qual direção é para cima e qual é para baixo. Os governantes de um estado como esse são absolutos, como os faraós e os césores não puderam ser (ORWELL, 2021, p. 256).

O trecho acima é retirado de um livro dentro do livro. No *1984*, em certo momento, o personagem principal “abriu a janela, acendeu o fogãozinho sujo a óleo e colocou um recipiente com água para fazer café [...] Sentou-se na sórdida poltrona e desabotoou as correias da pasta” (ORWELL, 2021, pp. 238-239). Pasta que contém o livro que Winston passa a ler. Este livro, intitulado *Teoria e Prática do Coletivismo Oligárquico*, – além de ser, talvez, o objeto de maior heterodoxia e censura na Oceânia – é a materialização dos ideais rebeldes que vão contra o Partido e descreve o que acreditamos ser a dinâmica real de mundo desse universo. Orwell continua diretamente a dura descrição do controle que o Partido tem sobre os seus subordinados:

Eles [os governantes] são obrigados a impedir seus seguidores de morrer de fome em números grandes o bastante para serem inconvenientes e forçados a continuar no mesmo nível baixo de técnica militar que seus rivais; mas, uma vez que esse mínimo é alcançado, podem distorcer a realidade em qualquer formato que quiserem (ORWELL, 2021, p 256).

Sem deixar de lado as capacidades imaginativas de Orwell, é de se pensar o que levaria o autor a engendrar um universo distópico de tamanha complexidade que merece ter o maior capítulo do livro dedicado a descrever – não diferente do que seria em uma análise do campo das relações internacionais – suas dinâmicas políticas, sociais, econômicas e bélicas. Em manobra literária, Orwell faz isso ao colocar o personagem principal em processo de leitura *do livro*, situando o leitor do *1984* no mesmo ambiente de aprendizado que Winston.

A função e a existência de *livros proibidos* aparece além daquelas presentes no enredo do 1984. Alberto Manguel, em *Uma História da Leitura* (1996), faz um retrospecto sobre o poder que reside na capacidade de ler e no objeto do livro. Sobre a situação dos escravizados nas américas entre os séculos XVII e XIX:

Para os escravos, aprender a ler não representava um passaporte para a liberdade, mas antes uma forma de obter acesso a um dos instrumentos mais poderosos de seus opressores: o livro. Os proprietários de escravos (à semelhança de ditadores, tiranos, monarcas absolutistas e outros detentores ilícitos de poder) tinham uma crença arraigada no poder da *palavra escrita* [...] Como séculos de ditadores bem sabem, uma multidão de analfabetos é mais fácil de governar; já que a capacidade de ler não pode ser desaprendida uma vez adquirida, uma solução, à falta de melhor, é limitar-lhe o âmbito de aplicação. Por consequência, *como nenhuma outra criação humana, os livros têm sempre sido o flagelo das ditaduras*” (1996, p. 281, grifos nossos).

Outro fator que esteve presente nos seus dias na polícia imperial e que se manifesta na escrita do romance em foco, principalmente na importância dada à existência do *livro* e ao vernáculo em construção pelo Partido, é a *linguagem*.

Enquanto servia na Ásia, Orwell deu-se o trabalho de aprender o birmanês e o hindustâni, além do *shaw-karen*, uma língua menos conhecida dos montanheses da Birmânia. Sentia desprezo pelos colonizadores britânicos, inclusive parentes seus, que passavam a vida inteira na região sem aprender mais do que as palavras autoritárias básicas para dar ordens aos empregados (HITCHENS, 2010, p. 23).

Em meados da década de 1920 o autor já percebia que, embutido no domínio da língua – ou na falta dele –, residia poder. Muito além do que preguiça ou orgulho para não aprender a língua falada dos nativos, a ignorância da fala resulta em um relacionamento limitado, frio e, neste caso, unilateral. A Novalíngua atinge muito bem seu propósito ao podar as possibilidades de pensamento, narrativa e comunicação dos cidadãos da Oceânia.

No mês de abril de 1946, em ensaio denominado *A Política e a Língua Inglesa*, além de apontar os vícios da escrita do que chama de inglês moderno, insinua que a língua é “um instrumento que moldamos para nossos próprios objetivos” (ORWELL, 2021, p. 146). Ao interligar discursos politicamente intencionados a métodos de escrita, Orwell denuncia o obscurecimento da intenção com a utilização de frases prontas: “Elas vão construir suas sentenças por você – e até seus pensamentos, em certa medida – e, se necessário, prestarão o importante serviço de esconder parcialmente sua intenção até de você mesmo” (p. 156). Tudo isso escancara a automatização da fala e, conseqüentemente, do pensamento.

*Grasnafalar* é um termo em Novalíngua que significa “grasnar como um pato”. Servia como elogio quando o conteúdo grasnado era ortodoxo e de acordo com as normas do Partido. Como última parte do *1984*, em seção separada da história, o apêndice do livro chama-se *Os Princípios da Novalíngua* e discorre sobre a estrutura gramatical da língua. Em certa parte, sobre a aplicação do vernáculo na fala, lê-se: “Basicamente, esperava-se fazer com que o discurso articulado fosse emitido a partir da laringe sem envolver os centros cerebrais superiores” (ORWELL, 2021, p. 393). Com isso dito, não é difícil enxergar o posicionamento de Orwell em relação ao controle do pensamento: a linguagem é *artifício* primordial para realizá-lo. Mas voltemos para o ensaio político, de 1946:

Um orador que usa esse tipo de fraseologia [isto é, frases prontas, assim como as palavras prontas da Novalíngua] avançou uma boa distância na direção de se transformar em uma máquina. Os sons adequados saem de sua laringe, mas seu cérebro não está envolvido como estaria se ele estivesse escolhendo pessoalmente as palavras. Se o discurso que ele está fazendo é um que ele está acostumado a repetir vezes sem conta, ele pode estar quase inconsciente do que está dizendo [...] E esse estado reduzido de consciência, se não é indispensável, é no mínimo favorável à conformidade política (ORWELL, 2021, p. 156).

Assim, temos a língua inglesa moderna como a *realidade* e a Novalíngua como a *possibilidade*. Como diagnóstico e prognóstico. A análise da aplicação viciosa das duas se faz em forma de ensaio e de romance fictício distópico, respectivamente. No ensaio, Orwell escreve que, para realizar uma necessária defesa do indefensável,

a linguagem política precisa se compor em grande medida de eufemismos, afirmações falaciosas e imprecisões abertamente nebulosas. Vilarejos indefesos são bombardeados do ar; os habitantes, expulsos para o campo; o gado, metralhado; as choupanas, queimadas por projéteis incendiários: isso se chamava *pacificação* (ORWELL, 2021, p. 157, grifo do autor).

A partir da realidade diagnosticada, que é representada pela língua inglesa, Orwell engendrou a possibilidade prognosticada pela Novalíngua. Sobre uma função especial de certas palavras do novo vernáculo, no mencionado apêndice gramatical do *1984*, lê-se:

No entanto, a função especial de certas palavras da Novalíngua [...] não era tanto expressar significados, mas sim destruí-los. Essas palavras, necessariamente em menor número, *tiveram seus significados expandidos* até conterem em si mesmas grupos inteiro de palavras que, *como eram suficientemente cobertas por um único termo abrangente, podiam agora ser descartadas e esquecidas* (ORWELL, 2021, p. 389, grifos nossos).

No exemplo dado pelo autor no ensaio, a palavra *pacificação* tem a função abrangente das palavras especiais da Novalíngua de abarcar todas as ações apresentadas antes, que são, por sua vez, suprimidas. Esse processo beneficia quem deseja mascarar atos moralmente julgáveis e discursar sobre suas ações de forma impune. Embutir variadas significações em uma só palavra – para além de acabar com a riqueza e a cor de uma língua – realiza uma ocultação de sentido perigosa, tornando mais fácil o trabalho de manipulação da narrativa e da realidade. Tal técnica, de imbuir uma gama de sentidos a um termo abrangente, assegura o cancelamento de inúmeras palavras, assim como o seu uso.

Mudando de cenário, passamos pelo voluntariado de Orwell na Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Ele serviu na milícia do Partido Operário de Unificação Marxista - POUM, partido de esquerda desalinhado com as políticas e com a pessoa de Josef Stalin. Não é cabível esmiuçar demasiado aqui a hostilidade política existente entre as diferentes vertentes do pensamento político de esquerda oriundas de Marx, mas se faz necessário explicitar que ela esteve presente durante o apoio soviético aos republicanos na guerra. Mesmo lutando contra um mesmo inimigo nacionalista personificado em Francisco Franco, a frente antifascista era heterogênea, formada de regimentos afiliados e também de voluntários de todo o globo. Stalin utilizou-se desta ocasião para tentar destruir movimentos esquerdistas independentes, como o da Catalunha (HITCHENS, 2010, p. 42), e sua arma de preferência era a propaganda partidária, raramente mais fundamentada na verdade do que nos interesses do camarada primeiro-ministro.

Nesse entremeio, a preocupação surgida para Orwell, e que concerne sobretudo a historiadores e historiadoras atualmente, é a sobre *registros e falsificações*. Referindo-se, entre outras coisas, ao forjamento de testemunhos e documentos que seriam usados em “julgamentos-espetáculo” formados para livrar-se de opositores políticos, o voluntário escreve:

Nunca será possível obter um relato totalmente preciso e imparcial da luta em Barcelona porque *não existem os registros necessários*. Os historiadores futuros *nada terão em que se basear*, exceto uma massa de acusações e propaganda partidária. Eu mesmo tenho poucos dados além daquilo que vi com meus próprios olhos e o que me foi contado por outras testemunhas oculares que acredito serem confiáveis [...].

Esse tipo de coisa assusta-me, pois dá-me um sentimento frequente de que *o próprio conceito de verdade objetiva está se esvaecendo no mundo*. Afinal, a probabilidade é que essas mentiras, ou, enfim, mentiras semelhantes, passarão à história [...]. O objetivo implícito nessa linha de pensamento é um mundo de pesadelo no qual o Líder, ou alguma panelinha governante, *controla não só o futuro mas também o passado*. Se o Líder disser a respeito de um dado evento “Isso nunca aconteceu”,

então isso nunca aconteceu. Se ele disser que dois mais dois são cinco, então dois mais dois são cinco (ORWELL *apud* HITCHENS, 2010, p. 43, grifos nossos).

Hitchens escreve que, pelo excerto acima, produzido mais de dez anos antes da publicação do *1984*, é possível observar a “longa sombra” do romance. Orwell percebeu a problemática, no seu presente, que surgiria no futuro por não haver registros relativamente objetivos e fidedignos à realidade passada representada. Ora, ele faz aqui uma reflexão própria do ofício de historiador, quando leva em consideração primeira o contexto de surgimento e de produção da fonte. Já é possível observar, também, o esqueleto do que se tornará um slogan do Partido: “Quem controla o passado, controla o futuro; quem controla o presente, controla o passado” (2021, p. 319). A partir dessa concepção amedrontadora, podemos vislumbrar a importância da análise crítica dos registros e fontes realizada por historiadores e historiadoras.

Temos como questão norteadora deste capítulo buscar a motivação da escrita de George Orwell, pensar sobre como o acúmulo de experiência e memórias de um sujeito em específico leva a um ato de reflexão condizente com o seu tempo e o de outros. Ele acreditava no potencial transformador da arte e na responsabilidade de escritores intelectuais em não deixar os políticos “confortáveis” demais em seus cargos. Mais uma vez, no ensaio citado anteriormente, escreveu que “Em nossa época, não existe ‘manter-se fora da política’. Todas as questões são questões políticas, e a política em si é uma massa de mentiras, evasivas, loucura, ódio e esquizofrenia” (ORWELL, 2021, p. 158). Aqui, mais do que seu desencanto com a política como um todo, é reconhecido o amplo alcance dela na vida pública e privada e a incumbência recaída sobre os indivíduos, ele incluso, de agir em relação a ela. Escrevendo sobre *A Revolução dos Bichos*, o criador da obra diz que foi “o primeiro livro em que tentei, com plena consciência do que estava fazendo, fundir intenção política e intenção artística em um todo” (ORWELL *apud* HITCHENS, 2010, p. 107).

Se faz profícua uma breve discussão sobre a categoria de intelectual, de maneira específica na primeira metade do século XX. Ao realizar uma extensa pesquisa historiográfica do conceito de intelectuais, o historiador Jean-François Sirinelli aponta para a busca de um comportamento *político* dos intelectuais (2003, p. 231), ou seja, mais do que a formação do grupo de pessoas que compõem a categoria, procura compreender como os estudos veem a intervenção ativa do intelectual na sociedade. Em livro intitulado *Sociologia dos intelectuais*, Gérard Leclerc faz um apanhado de grupos formados no século XIX que, antes do conceito de



intelectuais começar a ser usado, mantiveram uma continuidade na sua função de envolvimento nos problemas políticos dos governos vigentes. Tais grupos eram formados por

eles que se engajam, individual ou coletivamente, *para tomar partido numa causa pública* e que põem em dúvida a verdade oficial apresentada pelos poderes e pelas instituições. Em ambos os casos, as classe intelectual vê-se posta em *contato íntimo e mais ou menos conflituoso com o Estado, com a classe política e a classe dominante* no plano econômico; e também colocada numa relação mais ou menos concorrencial com as instituições tradicionais (Igrejas, universidade, justiça, exército) (LECLERC, 2004, p. 56, grifos nossos).

No contexto europeu do período, a participação ativa no debate público mais amplo da sociedade configurava a função do integrante da categoria de intelectual. Escritores, principalmente, que se lançam na agitação política e tomam partido na arena pública por ocasião de crises políticas maiores dizem respeito à classe intelectual (2004, p. 52). Consideramos que Orwell se encaixa nessa classe. Por meio das suas produções ensaísticas e literárias, como visto, ele foi politicamente ativo, principalmente realizando função de questionar e criticar os poderes políticos de sua época.

Assim, pretendemos trazer à luz a intenção e o alcance da pessoa do Orwell, transfigurado narrativamente em seus romances e ensaios. Experimentador de uma transição de gerações, foi interlocutor ativo junto a seu tempo buscando diagnosticar de maneira mais “fria” o seu presente e, assim, fazer seu prognóstico ventoso de poeira granulosa<sup>10</sup>. Para fazer ligação direta com o terceiro capítulo, acreditamos que a escrita do autor teve e tem capacidades de propiciar uma reflexão subjetiva da realidade – dar asas ao pensamento crítico acerca do seus arredores social e político – assim como, também, permitir a completude do círculo da mimese<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> Referência direta ao início do romance: “Era um dia claro e frio de abril, e os relógios marcavam treze horas. Winston Smith, com o queixo enterrado no peito na tentativa de se esquivar do vento forte, passou rapidamente pelas portas de vidro das Mansões da Vitória – embora não o bastante para evitar que um redemoinho de poeira granulosa entrasse junto com ele” (ORWELL, 2021, p. 9).

<sup>11</sup> O conceito de mimese, assim como sua inserção no círculo hermenêutico da narrativa, serão abordados no terceiro capítulo da monografia, intitulado *Congelamento narrativo da criatividade*.

## Capítulo 2. Tolerável por não ter memória

A condição de ser oprimido tem algumas pequenas compensações, e é por isso que às vezes estamos dispostos a tolerá-la. O opressor mais eficiente é aquele que persuade seus subalternos a amar, desejar e identificar-se com seu poder; e qualquer prática de emancipação política envolve portanto a mais difícil de todas as formas de liberação, o libertar-nos de nós mesmos (EAGLETON, 1997, p. 13).

O filósofo e crítico literário Terry Eagleton, na busca de compreender as razões que levam os seres humanos a lutar e a matar em nome de algo tão aparentemente abstrato quanto as ideias, reflete sobre a condição humana perante a opressão. No excerto acima, é possível vislumbrar uma das explicações da tolerância do indivíduo quanto às suas condições de vida e, no que tange à identificação da pessoa com alguma ideologia, a dificuldade que configura a libertação do que ela acredita ser o certo.

Na presente pesquisa, trabalhamos com o conceito de ideologia alinhado, também, com o que Eagleton propõe em *Teoria da literatura: uma introdução*, de 1983:

A estrutura de valores, em grande parte oculta, que informa e enfatiza nossas afirmações fatuais, é parte do que entendemos por “ideologia”. Por “ideologia” quero dizer, aproximadamente, *a maneira pela qual aquilo que dizemos e no que acreditamos se relaciona com a estrutura de poder e com as relações de poder da sociedade* em que vivemos [...] Não entendo por “ideologia” apenas as crenças que têm raízes profundas, e são muitas vezes inconscientes; considero-a, mais particularmente, como sendo os *modos de sentir, avaliar, perceber e acreditar*, que se relacionam de alguma forma com a manutenção e reprodução do poder social (EAGLETON, 2006, pp. 22-23, grifos nossos).

Na complicada busca de compreender o que é literatura, ou melhor, de entender porque determinados escritos movimentam-se dentro e fora dessa categoria, de acordo com o momento histórico, o autor coloca a ideologia como um dos fatores que determinam a catalogação de obras literárias. Ao articular literatura e ideologia, Eagleton procura explicar que o relacionamento do indivíduo com a forma de poder sob a qual ele está colocado estabelece o que pode ser aceito, assim como seus modos de *sentir, avaliar, perceber e acreditar*. Para ele, os *juízos de valor* que constituem o que é literatura são historicamente variáveis e possuem uma estreita relação com as ideologias sociais (2006, p. 24).

Para dar sequência ao trabalho, neste segundo capítulo daremos um mergulho no enredo, personagens e espaços presentes na fonte. Após, na segunda parte do capítulo, abordaremos como ocorreu a aplicação da ideologia à política no recorte temporal de 1920-1940, ligando a doutrina apresentada pelo *Socing* – abreviação de *Socialismo Inglês*: é o

nome oficial do Partido e representa a ideologia por trás do governo – ao ponto de inflexão histórica dos regimes totalitários<sup>12</sup>.

## 2.1 O lugar do indivíduo no regime totalitário

Iniciemos pela divagação do protagonista, após um sonho, ao tentar lembrar-se da morte de sua mãe e de sua irmã:

A tragédia, percebeu ele, pertencia aos tempos antigos, a *uma época em que ainda existia privacidade*, amor e amizade e em que os membros de uma família apoiavam uns aos outros sem precisar de motivo [...] Agora havia medo, ódio e dor, mas não a *dignidade da emoção*. Não havia mais dores profundas e complexas (ORWELL, 2021, p. 45, grifos nossos).

Winston Smith tenta, com grandes esforços, lembrar-se de “outros tempos”. Os lampejos de passado que procura ativamente nunca parecem vir até ele – coisas práticas, como quem inventou o avião ou em que ano o Partido fora fundado. As memórias são mais comuns em sonhos ou em lembranças embutidas em coisas raras no seu dia a dia, como um pedaço de chocolate verdadeiro. E estão sempre ligadas à *dignidade da emoção*, tão rara no ano de 1984. Isto é, se o ano realmente era o de 1984 – a solidão e a incerteza temporal eram tamanhas que o protagonista divaga em certo momento se realmente se encontra no ano que intitula o livro. O *atordoamento emocional* forçado pelo Partido e vivido pela população presta o serviço de tornar os indivíduos solitários, fazê-los incapazes de *criar*, muito menos manter, laços afetivos com qualquer outro que não seja o Grande Irmão<sup>13</sup>.

No tocante à esfera sentimental – logo, humana – da sociedade da Oceânia, pode-se dizer, sem prejuízo pelo exagero, que ela é nula. Como já dito, exceto o temor pelo Grande Irmão e o ódio por todos os inimigos do Partido – sentimento este último extremamente volátil e manipulável –, os afetos não se manifestam nem mesmo dentro do casamento. O

---

<sup>12</sup> Domenico Losurdo problematizou o que ele chama de uma “abordagem dedutivista” dos poderes totais (2003, p. 63). A equiparação do nazismo e do stalinismo sob o conceito de totalitarismo foi criticada por Losurdo no artigo *Para uma crítica da categoria de totalitarismo* (publicado pela primeira vez em 2002), apontando, principalmente, para a construção realizada por Arendt em 1951. Segundo ele, a categoria de totalitarismo teria passado por diversas “adaptações” ao longo da Guerra Fria e o seu significado, enquanto possuir pretensão de explicar igualmente os funcionamentos dos regimes alemão e soviético, configura “um salto assustador” (p. 76). O debate existe e é relevante, porém, no tocante da presente pesquisa, não cabe aprofundar a discussão. Assim, continuaremos, conscientes da possível generalização, fazendo referência aos governos nazista e stalinista como regimes totalitários.

<sup>13</sup> No inglês original, *Big Brother*. O Grande Irmão é a personificação do Partido e dos ideais do *Socing*. Aqui, como nas manifestações reais totalitárias – nazismo alemão, fascismo italiano, stalinismo soviético –, há a igualdade: ESTADO = PARTIDO = LÍDER = NAÇÃO.

Partido tinha como objetivo impedir a formação de laços entre homens e mulheres que escapassem de seu controle (ORWELL, 2021, p. 92). O sexo era encorajado somente para gerar filhos: desalojado de qualquer prazer, também referia-se a ele como “o dever com o Partido”. Organizações como a Liga Juvenil Antissexo defendiam o celibato total para todas as pessoas, realizando a reprodução somente via *insemifical* (inseminação artificial, em Novalíngua).

O protagonista, em certa parte do romance, envolve-se amorosamente com Julia, funcionária do setor encarregado da produção de material de entretenimento do Partido, o Departamento de Ficção. Tal envolvimento configura mais uma transgressão do protagonista, dessa vez de cunho afetivo. Julia não se interessava particularmente pela política nem demonstrava preocupação com questões do futuro, mas praticava sua rebeldia de outra forma. O seu modo de revolta era pontual e consistia em desamarrar-se das limitações sexuais impostas pelo *Socing*: “– Você só é rebelde da cintura para baixo – ele lhe disse.” (2021, p. 203). Julia era bem mais nova do que Winston e não compartilhava algumas lembranças com ele, tendo nascido e crescido quando o Partido já havia alcançado sua solidificação institucional e seu controle sobre as memórias desde a infância dos cidadãos. Winston divaga sobre a geração mais nova que não possui outra alternativa a não ser aceitar “o Partido como algo inalterável, como o céu, sem se rebelar contra sua autoridade, mas desviando-se dela, como um coelho se esquivava de um cachorro” (p. 173). Um dos motivos que o leva a projetar tal pensamento nessa geração – o da imutabilidade do Partido – é simplesmente por eles não terem vivido a experiência de um mundo sem o Partido e, com a ausência proposital da história nesse regime, não conseguem, tampouco, imaginar uma realidade sem ele.

Para observar mais um exemplo do congelamento dos afetos na esfera privada – isso na medida possível de falar em privacidade no regime do *Socing* –, Winston divaga sobre a situação da família do apartamento ao lado do seu, após uma visita para consertar um cano velho e entupido:

Com essas crianças, pensou ele, aquela pobre mulher deve levar uma vida terrível. Mais um ano ou dois e elas a estariam observando dia e noite em busca de sintomas de heterodoxia. Quase todas as crianças hoje em dia eram horríveis. O pior de tudo é que, por meio de organizações como os Espiões, elas eram sistematicamente transformadas em pequenos selvagens incontroláveis e, no entanto, isso não produzia nelas nenhuma tendência a se rebelar contra a disciplina do Partido. Ao contrário, elas adoravam o Partido e tudo ligado a ele. As músicas, os desfiles, as faixas, as excursões em grupo, o treinamento com rifles de brinquedo, os gritos de slogans, a veneração ao Grande Irmão: tudo era uma espécie de brincadeira gloriosa para elas. *Toda a sua ferocidade era colocada para fora*, contra os inimigos do Estado, contra os estrangeiros, traidores, sabotadores, ideinfratores [infratores das

ideias]. *Era quase normal que pessoas acima dos trinta anos tivessem medo dos próprios filhos. E com razão [...]* (ORWELL, 2021, pp. 36-37, grifos nossos)

O excerto também serve como vitrine do que é esperado do cidadão comum da Oceânia no concernente às suas atividades públicas: participar de grandes passeatas, organizar decorações monumentais e também assistir a execuções de inimigos do Estado faziam parte das obrigações de todo cidadão respeitável. O desejado “cidadão respeitável” da Oceânia não possui tempo livre para atividades que não estão ligadas às suas responsabilidades com o Partido, como elaborado pelo protagonista do livro:

Presumia-se que, quando não estava trabalhando, comendo ou dormindo, estaria participando de algum tipo de divertimento comunitário; fazer algo que sugerisse gosto pela solidão, mesmo sair para caminhar sozinha, era sempre levemente perigoso. Havia uma palavra em Novalíngua para isso: *propriavida*, chamava-se, que significava individualismo e excentricidade (ORWELL, 2021, p. 114).

Ao interagir publicamente dessa maneira intensa, o indivíduo despejaria todas as suas paixões em conjunto – traduzidas em ódio – e, ao chegar em casa, no privado, a sensação de dever cumprido tomaria conta de si, assim como também um esgotamento das sensações, tornando-o mais dócil e menos propenso a pensamentos próprios e dissonantes daqueles desejados pelo Partido. O cientista político norte-americano Robert Paxton escreve sobre a intensidade das emoções trazidas ao campo político nos regimes de cunho fascista:

O líder queria levar seu povo a um campo mais elevado da política, campo esse que podia ser experimentado de forma sensual: o calor de pertencer a uma raça agora plenamente consciente de sua identidade, destino histórico e poder; o entusiasmo de participar de uma vasta empreitada coletiva; a gratificação de deixar-se submergir numa onda de sentimentos coletivos e de sacrificar as próprias preocupações mesquinhas em favor do interesse grupal; e a emoção do domínio (PAXTON, 2008, p. 39).

A emoção, o sentimento e o calor de participar de um movimento de massa são inebriantes e o totalitarismo fez amplo uso dessas paixões humanas. Walter Benjamin, como trazido por Paxton, foi o primeiro a observar que o fascismo transformou a política em estética, substituiu deliberadamente o debate ponderado pela *experiência sensorial imediata* (p. 40, grifo nosso). Pode-se observar tal substituição no *1984*: tão logo no primeiro capítulo, Orwell nos apresenta aos “Dois Minutos de Ódio”, momento dedicado diariamente para que os trabalhadores sentem-se juntos e despejem todo seu âmago emocional dirigido aos inimigos da nação mostrados em uma tela: “No segundo minuto, o Ódio chegou ao frenesi.

As pessoas pulavam em seus lugares e gritavam a plenos pulmões, num esforço para reprimir o balido enlouquecedor que saía da tela (ORWELL, 2021, pp. 23-24).

Dentre os artifícios utilizados para impedir a sublevação de qualquer tipo está o *controle da linguagem*. Já abordada, a Novalíngua – no inglês original *Newspeak*; também *Novilíngua* ou *Novafala*, de acordo com a tradução e edição – é o vernáculo em construção que se tornará a língua oficial do regime do *Socing*, com previsões de tornar-se única e soberana no ano de 2050.

O linguista russo Volóchinov<sup>14</sup> escreveu sobre como as interações humanas são permeadas por signos. Esses signos dão significado ideológico<sup>15</sup> a materiais, objetos de função e instrumentos de produção transformando-os em símbolos. Para ele, a palavra é fenômeno ideológico por excelência (2006, p. 34) e a palavra articulada em sentido forma linguagem e narrativa. Ela é *instrumento da consciência*:

Há uma outra propriedade da palavra que é da maior importância e que a torna o primeiro meio da consciência individual. Embora a realidade da palavra, como a de qualquer signo, resulte do consenso entre os indivíduos, uma palavra é, ao mesmo tempo, produzida pelos próprios meios do organismo individual, sem nenhum recurso a uma aparelhagem qualquer ou a alguma outra espécie de material extracorporal. Isso determinou o papel da palavra como *material semiótico da vida interior, da consciência* (discurso interior). Na verdade, a consciência não poderia se desenvolver se não dispusesse de um material flexível, veiculável pelo corpo. E a palavra constitui exatamente esse tipo de material. A palavra é, por assim dizer, utilizável como signo interior; pode funcionar como signo sem expressão externa (VOLÓCHINOV, 2006, p. 35, grifo do autor).

Temos, aqui, a palavra como *primeiro meio da consciência individual*. A importância que Volóchinov dá diretamente para a palavra, Orwell dá para a língua. Dentro do seu livro, a estruturação intencionalmente limitadora da Novalíngua fica clara. Utilizaremos duas falas de um personagem do romance – Syme, um filólogo especialista em Novalíngua – para ilustrar, primeiro, a transformação da estrutura linguística e, por segundo, a intenção por detrás da técnica. Sobre a relação entre Winston e Syme, talvez “amigo” não fosse bem a palavra, já

---

<sup>14</sup> Valentin Volóchinov (1895-1936) foi um intelectual russo ligado ao Círculo de Bakhtin. Sua obra *Marxismo e filosofia da linguagem* – na qual nos baseamos para elaborar esse pensamento – foi por vezes atribuída ao próprio Mikhail Bakhtin.

<sup>15</sup> A obra citada acima foi publicada pela primeira vez em 1929 e tem o conceito de ideologia ligado a significado, a critérios de avaliação, a algo ser bom ou ruim, verdadeiro ou falso. “Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia. Um corpo físico vale por si próprio: não significa nada e coincide inteiramente com sua própria natureza. Neste caso, não se trata de ideologia” (VOLÓCHINOV, 2006, p. 29). É importante ressaltar que a obra é anterior à aplicação da ideologia à política ocorrida no fascismo, como explicará Hannah Arendt na década de 1950. Tal aplicação ideológica à política, seus significados e consequências serão trabalhados na segunda parte deste capítulo.

que não se tinha amigos naqueles dias (p. 70), e o diálogo acontece durante o almoço, no refeitório de teto baixo no subsolo do Ministério da Verdade:

– É uma coisa bela a destruição de palavras. Claro que o grande desperdício está nos verbos e adjetivos, mas também dá pra nos livrarmos de centenas de substantivos. Não são só os sinônimos; existem também os antônimos. Afinal, que justificativa há para uma palavra que é apenas o oposto da outra? Uma palavra contém seu oposto em si mesma. Pegue “bom”, por exemplo. Se você tem uma palavra como “bom”, qual é a necessidade de uma palavra como “mau”? “Antibom serve muito bem... [...] No final das contas, apenas seis palavras vão cobrir toda a noção de bondade e maldade... na verdade, uma palavra só. Você não vê a beleza disso, Winston? (ORWELL, 2021, pp. 73-74)

Orwell compreendia bem a propriedade inerente da língua de transformar socialmente o sujeito e não deixou de utilizá-la como uma forte ferramenta de controle dentro da sua obra<sup>16</sup>. A poda verbal descrita acima retira toda a capacidade criativa do ser humano na sua comunicação, seu pensamento torna-se cinza, sem imaginações próprias. Todo arcabouço de verbos, substantivos e adjetivos – utilizados para enriquecer e fundamentar argumentos, para ilustrar e colorir fábulas e contos, para narrar o acontecido – será, para usar termo em Novalíngua, *vaporizado*. Continuamos com a fala de Syme, apresentando as intenções acopladas à transformação linguística:

– Você não vê que o objetivo geral da Novalíngua é restringir o alcance do pensamento? No final, vamos tornar a *crimideia*<sup>17</sup> literalmente impossível, porque não existirão palavras para expressá-la. Todos os conceitos que possam um dia ser necessários serão expressos por exatamente uma palavra, com significado rigidamente definido, e todos os sentidos secundários serão apagados e esquecidos [...] A Revolução será completa quando a língua for perfeita. A Novalíngua é o Socing e o Socing é a Novalíngua (ORWELL, 2021, pp. 74-75)

Relembrando que, para o autor, a língua é instrumento moldável de acordo com os objetivos e - se entre os ditos objetivos está o de aparar a aptidão não só de manter uma conversa ou de criar uma narrativa subversiva, mas de pensar subversivamente - a poda

---

<sup>16</sup> Pierre Bourdieu trabalhou extensamente as diferentes camadas de aplicação da linguagem. Como intelectual do campo da sociologia, tinha a língua como mais do que artifício de comunicação e registro, mas sim como elemento de poder e influência estruturante das interações humanas. Como exposto em *A Economia das Trocas Linguísticas: o que falar quer dizer* (1982): “Tentar compreender lingüisticamente o poder das manifestações lingüísticas ou, então, buscar na linguagem o princípio da lógica e da eficácia da *linguagem institucional*, é esquecer que a autoridade de que se reveste a linguagem vem de fora, como bem o demonstra concretamente o cetro (*skeptron*) que se oferece ao orador que vai tomar a palavra na obra de Homero. Pode-se dizer que a linguagem, na melhor das hipóteses, *representa* tal autoridade, manifestando-a e simbolizando-a” (BOURDIEU, 2008, p. 87, grifos do autor).

<sup>17</sup> O vocábulo *crimideia* é o ato de ter pensamentos contrários em relação ao Partido e ao Grande Irmão. Era a infração principal, que iniciava e continha todas as outras, e a punição era ser levado ao Ministério do Amor pelo corpo responsável de investigar os infratores: a Polícia do Pensamento.

linguística é um método excelente – *superduplibom*, para falarmos mais uma vez em Novalíngua. Toda a difusão da linguagem no 1984 é feita através da comunicação em massa e, para concretizar o amplo alcance de seus ideais, o Partido lança mão dos dispositivos chamados de *teletelas*. Aparelhos acoplados às paredes das casas e em locais públicos, transmitem imagens e sons ininterruptamente, sendo impossível desligar completamente sua transmissão conteudista produzida pelo Partido. Ademais, grava imagens e sons do seus arredores, formando a vigilância constante, necessária para impedir qualquer ato de rebeldia.

Após conhecer que o esperado dos membros do Partido é a devoção completa ao Grande Irmão<sup>18</sup> e quais são alguns dos métodos postos em prática para garantir isso – esfriamento das relações íntimas e controle da linguagem –, podemos passar para a engrenagem da qual o protagonista da história é responsável, inserida no maquinário gigantesco do *Socing*.

Winston Smith é um burocrata menor incumbido de alterar registros. E, logo após, destruir permanentemente qualquer traço da alteração feita. A função de Winston é compartilhada por incontáveis outros funcionários, visto a amplitude dos tipos de registros que sofrem as alterações: livros, jornais, periódicos, panfletos, cartazes, folhetos, filmes, trilhas sonoras, animações, fotografias. Isso para ater-se ao documental. Pinturas, estátuas, ruas e edifícios também sofriam alteração no nome e ressignificação das suas funções. No entanto, mesmo quando o Departamento de Registros – local de trabalho do protagonista – é composto por inúmeros funcionários, somente Winston cria consciência do real efeito das alterações realizadas ali. Após iniciar seus atos de rebeldia através da escrita de um diário – veremos com maior detalhe as suas implicações no terceiro capítulo –, a consciência do protagonista advém de sua atividade profissional. Estar em contato com registros do passado, mesmo que seja para seguidamente alterá-los, faz com que Winston crie pontes com esse passado e veja as discrepâncias que formam o seu presente, podendo, assim, ser crítico em relação a ele.

Eis uma reflexão do personagem sobre a realidade em que vivem:

*Você percebe que o passado, a começar de ontem, na realidade foi extinto? [...] A história parou. Não existe nada além de um presente interminável no qual o Partido sempre está certo. Eu sei, claro, que o passado foi falsificado, mas nunca conseguiria provar isso, mesmo quando fui eu próprio que fiz a falsificação. Depois que a coisa é*

---

<sup>18</sup> A devoção ao líder carismático e populista é característica comum de todas as manifestações do totalitarismo. Hitler, Stálin e Mussolini estavam acima do erro, eram inquestionáveis nas suas decisões e exemplificavam de maneira notória o cidadão nacionalista – outra característica em comum dos governos totalitários era o nacionalismo forte e a prevenção contra inimigos externos.



feita, *jamais sobra nenhuma evidência*. A única evidência está dentro da minha mente, e *não sei ao certo se algum outro ser humano tem as mesmas lembranças* (ORWELL, 2021, p. 202, grifos nossos).

A alteração histórica em *1984* é absoluta. Todo revisionismo – acrescentamos, aqui, também, toda ideologia – possui um condicionamento intencional por trás, impulsionando-o na direção de construir uma narrativa definitiva e parcial. Na realidade ficcional do romance, o revisionismo e a falsificação atingem seus ápices pois, mais que alterar a fonte em si, apagam qualquer rastro da modificação.

O teórico italiano Enzo Traverso, em capítulo denominado *Revisão e Revisionismo*, traça linha separatória entre os dois conceitos componentes do título. Uma *revisão* histórica consistiria em renovar a interpretação de uma época ou de um acontecimento, colocando em causa a visão dominante, com intuítos de “pôr fim a um longo período de amnésia coletiva e de ocultação oficial do passado” (2017, pp. 30-31). Os *revisionismos*, por sua vez, têm impulsos do que o autor chama de *viragem ético-política* e “ultrapassam as fronteiras da historiografia enquanto disciplina científica para tocarem um campo mais vasto, o da relação que cada país estabelece com o seu passado” (p. 35). O revisionismo, apoiado em viradas políticas e intencionado de tal maneira, questiona, nas palavras do autor, uma responsabilidade coletiva a respeito do passado.

Orwell mimetiza na sua obra, e o descreve detalhadamente ao fazer dele o ofício do seu protagonista, o revisionismo histórico. Um exemplo notório de revisionismo, realizado e instituído na sociedade da Oceânia, aparece logo após Winston transcrever um trecho de um livro didático de história no seu diário e relembrar que, previamente à revolução do *Socing*, poucas décadas antes do seu tempo, “Também havia algo chamado *jus primae noctis* [...] Era a lei que estabelecia que todo capitalista tinha o direito de dormir com qualquer mulher que trabalhasse em uma de suas fábricas” (ORWELL, 2021, p. 102). Aqui, o revisionismo é escancarado: com intenção de causar aversão ao passado recente e passar a impressão de que, hoje, as coisas estão melhores para cidadão da Oceânia, o discurso revisionista do Partido atrela características típicas do feudalismo, sistema que funcionou entre os séculos V e XV na Europa Ocidental, ao regime capitalista ocorrido algumas décadas antes do ano de 1984.

Como visto, de acordo com Traverso, realizar uma *revisão* histórica faz parte do ofício do historiador – como quando, por exemplo, novas fontes são descobertas e lançam luz a um fato que era considerado já conhecido – e se opõe diretamente ao *revisionismo*, que, por sua

vez, é feito com desígnios de – na ficção, assim como na realidade – criar e manter mitos fundadores, ocultar contradições e perpetuar inquestionavelmente o poder.

Quando Winston proclama que não sabe ao certo se algum outro ser humano tem as mesmas lembranças que ele, podemos pensar sobre outro produto advindo do congelamento dos relacionamentos pessoais: a solidão e o desamparo de não saber se alguém compartilha das mesmas lembranças é assolador. Neste universo imaginado por Orwell os indivíduos estão sozinhos e isolados. Não há história. Ela não existe na forma de registros, tampouco como vivências compartilhadas. Existe somente uma experiência projetada e manipulável enquanto estrutura: a da perfeição do Partido e do heroísmo do Grande Irmão. Essa alteração da história atinge seu objetivo de controle do indivíduo ao transformar o passado em algo tão mutável e incerto quanto a nossa noção de futuro, por exemplo.

## 2.2 Ideologia aplicada à política

Neste segundo capítulo, temos como questão norteadora buscar elementos práticos e ideológicos da realidade que são apresentados no *1984* para, assim, explicitar os perigos e as consequências de – um passo além da história única de Chimamanda Ngozi Adichie<sup>19</sup> – história nenhuma.

Contemporânea do fenômeno e da perseguição, a filósofa judia Hannah Arendt escreveu extensamente sobre o totalitarismo a partir da década de 1950, dissecando suas origens. Defensora de uma filosofia aplicada à prática, tinha intenção de compreender como um movimento partidário utilizou, de maneira pioneira<sup>20</sup>, a ideologia para construir e administrar um governo baseado no poder arbitrário e no medo que os cidadãos têm do líder. A ideia de que esses governos estavam a serviço de forças maiores, destinados a desempenhar papel essencial na direção da humanidade em algo superior, se manifestava na ausência da noção de certo ou errado. Essa perda da capacidade de pensar por si foi o que levou a autora a cunhar o termo *banalidade do mal*. Quando um destino tão glorioso estava pela frente,

---

<sup>19</sup> Fazemos referência à palestra da escritora nigeriana apresentada no TED em 2009 e à posterior adaptação do texto em livro intitulado *O Perigo de uma História Única*, publicado no Brasil pela primeira vez em 2018.

<sup>20</sup> Arendt, assim como outros filósofos e historiadores, escreveram sobre a originalidade, sobre o não haver precedentes, do movimento totalitário. Acerca da inédita aplicação da ideologia à política, escreve: “As ideologias – os ismos que podem explicar, a contento dos seus aderentes, toda e qualquer ocorrência a partir de uma única premissa – são fenômeno muito recente e, durante várias décadas tiveram papel insignificante na vida política. Somente agora, com a vantagem que nos dá o seu estudo retrospectivo, podemos descobrir os elementos que as tornaram tão perturbadoramente úteis para o governo totalitário. As grandes potencialidades das ideologias não foram descobertas antes de Hitler e de Stálin” (ARENDR, 1998, p. 520).

obstáculos deveriam ser ultrapassados, eliminados e extintos de qualquer maneira, sejam eles quais ou quem forem.

Tais forças maiores citadas anteriormente são a lei da História e a lei da Natureza<sup>21</sup>. Na ideologia totalitária, elas atuam como máximas que regem o funcionamento das interações políticas e sociais. Isso, somado à presunção das ideologias de explicar toda e qualquer ocorrência partindo de uma só proposição e da sua inerente necessidade de ocultar suas próprias falhas e contradições, formou governos capazes de perseguir, aterrorizar e executar seus governados. Sobre a legitimidade e legalidade desse tipo de governo, a filósofa escreveu:

A afirmação monstruosa e, no entanto, aparentemente irresponsável do governo totalitário é que, longe de ser ‘ilegal’, recorre à fonte de autoridade da qual as leis positivas recebem a sua legitimidade final; que, longe de ser arbitrário, *é mais obediente a essas forças sobre-humanas que qualquer governo jamais o foi*; e que, longe de exercer o seu poder no interesse de um só homem, *está perfeitamente disposto a sacrificar os interesses vitais e imediatos de todos à execução do que supõe ser a lei da História ou a lei da Natureza*. O seu desafio às leis positivas pretende ser uma forma superior de legitimidade que, por inspirar-se nas próprias fontes, *pode dispensar legalidades menores* (ARENDDT, 1998, p. 514, grifos nossos).

É de tradição totalitária, e também liberal, utilizar-se de um arcabouço ideológico para justificar seus atos. Para mais, tornar aceitável e condizente as barbáries realizadas em nome do glorioso destino da nação. A filósofa defende que, no que tange ao raciocínio do indivíduo inserido no mundo ideológico, a aplicação de lógica à ideia torna-se uma *premissa*. Essa premissa permite que se tirem conclusões acerca da realidade através da argumentação por si só (1998, p. 522). Ocorre, então, uma *proibição das contradições*. Nem novas ideias são capazes de interromper esse processo de lógica forçada, que tem capacidades de explicar, a contento do indivíduo, qualquer acontecimento. Aplicada essa receita em algum discurso do líder, por exemplo, tem como resultado a absorção de uma narrativa verdadeira, inquestionável e absoluta.

No *1984*, duplopensamento é o relativo em Novalíngua à “controle de realidade”. Eis a definição do conceito na obra:

Duplopensamento significa a capacidade de ter duas crenças contraditórias na mente ao mesmo tempo e aceitar ambas. O intelectual do Partido<sup>22</sup> sabe em que direção sua

<sup>21</sup> Um exemplo de lei da Natureza aplicada no governo nazista alemão foi a determinação da raça ariana pura. A partir de traços fenótipos – naturais – as pessoas eram consideradas cidadãos ou não do III Reich. As leis de Nuremberg, aprovadas em 1935, foram a manifestação burocrática formal da ideologia racial nazista.

<sup>22</sup> Aqui, dentro do universo criado por ele, o papel do intelectual é o oposto daquele que atribuímos a Orwell. Para lembrar da discussão feita na seção 1.2 *A “longa sombra” do 1984*, Orwell foi um intelectual público e

memória deve ser alterada; portanto, ele sabe que está brincando com a realidade, mas, pelo exercício do duplopensamento, também se certifica de que a realidade não seja violada. O processo tem de ser consciente, ou não seria realizado com exatidão suficiente, mas também deve ser inconsciente, ou traria consigo uma sensação de falsidade [...] Contar mentiras de propósito ao mesmo tempo que se acredita nelas de verdade; esquecer-se de qualquer fato que tenha se tornado inconveniente e, quando for necessário de novo, resgatá-lo do esquecimento pelo exato tempo que for preciso; negar a existência da realidade objetiva e simultaneamente levar em consideração a realidade que se nega – tudo isso é indispensavelmente necessário (ORWELL, 2021, p. 274).

O conceito do duplopensamento é a coerção da lógica aplicada à ideia. Qualquer divergência do esperado pode ser rapidamente manobrada de forma que o pensamento se “encaixe” na ideia inicial e vista-a de sentido. As ideologias, no sentido empregado por Eagleton de serem ideias – verdadeiras ou falsas – que ajudam a legitimar um poder político dominante, têm a pretensão da explicação total e, para isso, é necessária a exclusão da contradição. Seguindo a lei da História, estão preocupadas com o movimento, com o vir-a-ser do mundo, e propõem uma realidade além da que existe. Essas realidades se confundem e se misturam para dar sentido e serem condizentes aos seus ideais.

Hannah Arendt é defensora da criatividade humana. Para ela, a grande capacidade humana de *começar* algo novo (1998, p. 525) é a égide contra a tirania da lógica exercida pelo totalitarismo. Tirania, essa, que tem encaixe perfeito no *Socing*. Acerca da liberdade de pensamento e da prisão da lógica coercitiva:

Contra o começo, nenhuma lógica, nenhuma dedução convincente pode ter qualquer poder, porque o processo da dedução pressupõe o começo sob forma de premissa. Tal como o terror é necessário para que o nascimento de cada novo ser humano não dê origem a um novo começo que imponha ao mundo a sua voz, também a força autocoercitiva da lógica é mobilizada para que ninguém jamais comece a pensar – *e o pensamento, como a mais livre e a mais pura das atividades humanas, é exatamente o oposto do processo compulsório de dedução* (ARENDR, 1998, pp. 525-526, grifo nosso).

Com foco no *começar*, estruturado e possibilitado pelo *pensamento livre*, voltemos o olhar ao universo fictício de Orwell. O maior medo do cidadão comum da Oceânia é ser pego pela Polícia do Pensamento. Nessa sociedade, pensar fora da ortodoxia do Partido pode ser passível de punição e todos sabem disso. O fato é aceito e temido. Para imaginar uma possibilidade diferente da sua, o indivíduo precisa dispor de autonomia de pensamento e de

---

buscava ser ativo politicamente na direção de apontar falhas e contradições nos sistemas de governo por ele mencionados, seja na sua literatura ou na sua crítica política ensaística. Na Oceânia, o papel do intelectual do Partido é diretamente oposto: ser conivente com todos as ações e ideias do governo, além de saber em que direção o seu pensamento deve ser manejado para que, assim, a contradição seja assimilada e aceita por ele e pelos outros cidadãos.

uma base mínima de recordação das coisas. Recordar outros tempos serve para sabermos que nem sempre tudo foi como é e para, mais além, termos o fôlego de engendrar possibilidades diferentes da nossa. Entender que narrativas não são monólitos inquebráveis e indiscutíveis, assim como não são os governos. E os mais opressores tipos de governo têm a tendência – assim como a necessidade – de esconder isso. “Por que alguém sentiria que aquilo era intolerável a menos que tivesse algum tipo de lembrança ancestral de que as coisas um dia haviam sido diferentes?” (ORWELL, 2021, p. 83).

A divagação feita por Winston citada acima resume a razão de toda energia despendida pelo Partido para alterar o passado. Qual cidadão aceitaria de bom grado viver “com o desconforto e a sujeira e a escassez, com os intermináveis invernos, a pegajosidade das meias, os elevadores que nunca funcionavam, a água fria, o sabonete áspero, os cigarros que se despedaçavam, a comida com seus estranhos gostos ruins” (p. 83) se existisse em sua memória um lugar onde as coisas não eram assim? O apagamento da história resulta em uma sociedade sem parâmetros prévios e, por consequência, sem possibilidade – muito menos vontade – de reivindicar mudança.

### Capítulo 3. Congelamento narrativo da criatividade

– Agora vou lhe dizer a resposta da minha pergunta. É a seguinte: o Partido busca poder inteiramente para os próprios fins. Não estamos interessados no bem dos outros; estamos interessados apenas no poder. Não em riqueza ou em luxo ou em vida longa ou em felicidade: só poder, puro poder (ORWELL, 2021, p. 338).

A busca incessante do *puro poder* pelo Partido não conhece limites, tampouco escrúpulos. Além do controle material dos insumos de péssima qualidade oferecidos – ou melhor, do controle da escassez deles – o governo presente no *1984* precisa controlar – e o faz – o abstrato, o pensamento e a mentalidade de cada indivíduo. Como continua discursando o membro do Partido Interno, O’Brien, que Winston julgava estar também do lado rebelde: “poder é poder sobre os seres humanos. Sobre o corpo, sim; mas, acima de tudo, sobre a mente. O poder sobre a matéria (a realidade externa, como vocês a chamam) não é importante. O nosso controle sobre a matéria já é absoluto” (ORWELL, 2021, p. 340).

O controle sobre a mente em *1984* tem intenção de impedir o *começar algo novo*, a capacidade de desejar mudança. Dessa forma introduzimos de maneira breve o conceito de mimese, de Paul Ricoeur: oposto de ser uma imitação de algo, a cada passo do círculo hermenêutico – por contar com a interpretação rica e única de cada pessoa – o vivido se refigura em *algo novo*. A cada manifestação da ação em narrativa, novas possibilidades emergem, implicando em fins, em motivos, em sujeitos, em agentes, em circunstâncias, em interação (RICOEUR, 1994, pp. 88-89). O círculo hermenêutico possibilita a reprodução saudável de histórias. As ideias e visões de mundo presentes em cada modo de *narrar* são recebidas de maneira a serem transformadas, adicionando a riqueza de cada um envolvido na construção e contação da mesma.

#### 3.1 Controle massificado do pensamento

Em capítulo intitulado *Uma sociedade sem classes*, Hannah Arendt procura expor como, nos governos totalitários, o colapso do sistema de classes aconteceu a partir da quebra da ilusão da representatividade em governos democráticos. A formação do grande corpo flácido, destituído de educação política (ARENDR, 1998, p. 363) acontece e passa, assim, a ser chamada por outro termo: *as massas*. Esse movimento que insere o sujeito em uma modalidade maior de pertencimento, tornando estéril ao máximo a sua esfera privada, inflando as paixões públicas e nacionais serve ao propósito totalitário de tornar rasa toda

reflexão própria e indispensável toda emoção cega. No *1984*, como visto, tal movimento é absoluto.

A jornada de pensamento livre de Winston, infelizmente, não acaba nos melhores termos. Após um momento de intimidade com Julia no que acreditavam ser um esconderijo seguro, os dois são pegos pela Polícia do Pensamento e levados ao Ministério do Amor. Lá, entre torturas e jogos mentais, Winston é audiência para mais longos e esclarecedores discursos de O'Brien:

Você consegue entender, Winston, que o indivíduo é apenas uma célula? [...] A primeira coisa que precisa compreender é que *o poder é coletivo*. O indivíduo só tem poder *na medida em que deixa de ser indivíduo*. Você conhece o slogan do Partido: “Liberdade é escravidão”. *Sozinho, livre, o ser humano sempre é derrotado*. Deve ser assim, porque todo ser humano está fadado à morte, que é o maior de todos os fracassos. No entanto, *caso ele se submeta total e absolutamente, caso possa escapar de sua identidade e fundir-se ao Partido de modo a ser o Partido*, será todo poderoso e imortal (ORWELL, 2021, pp. 339-340, grifos nossos).

A própria noção de perpetuidade do Partido não prescinde da sua mente *coletiva e imortal* (2021, p. 320). Arendt, ao expor uma fala de Himmler ao referir-se às vastas camadas de onde recrutava os membros do corpo de elite do Partido Nazista, deixa clara a noção de grandiosidade – em mais de um sentido – dos integrantes dessa massa, que

não estavam interessados em “problemas do dia-a-dia”, mas somente em “questões ideológicas de importância para as próximas décadas ou séculos”, conscientes de que “trabalham numa grande tarefa que só aparece uma vez a cada 2 mil anos”. A gigantesca formação de massas produziu um tipo de mentalidade que [...] *raciocinava em termos de continentes e sentia em termos de séculos* (ARENDDT, 1998, p. 366, grifo nosso).

Em *1984*, raciocinar em termos de continentes já é uma realidade. A Oceânia contempla a metade sul do continente africano, a totalidade das américas, a ilha da Grã-Bretanha e o continente da Oceania. Sobre a sensação do tempo, em uma sociedade onde não existe história, não encontra-se parâmetro temporal anterior, sendo o presente uma eterna estagnação. *Sentir em termos de séculos* parece uma colocação ainda embrionária sobre o que é situar-se no tempo dentro do regime do *Socing*: mesmo séculos são uma ínfima parte da ilusão da eternidade do Partido, propagada através da desorientação temporal do sujeito.

O controle da realidade imposto pelo Partido, apoiado no duplopensamento, demonstra suas proporções quando os slogans do *Socing* são apresentados: *GUERRA É PAZ*;

*LIBERDADE É ESCRAVIDÃO; IGNORÂNCIA É FORÇA.* O artifício de linguagem da antítese é largamente utilizado no regime distópico de Orwell. Para tais afirmações – mais do que fazerem sentido – serem aceitas e incorporadas na experiência subjetiva do cidadão da Oceânia, a ação do Duplopensamento deve ser plena na mente do indivíduo. A própria nomenclatura da estrutura organizacional, dividida em ministérios, para não gerar estranhamento no cidadão comum, precisa estar alinhada com um controle de realidade extremamente robusto: o Ministério da *Verdade*, no qual Winston trabalha alterando e destruindo continuamente registros; e o Ministério do *Amor*, onde o protagonista é brutalmente torturado, por exemplo.

O romance não é finalizado com um prognóstico feliz. Orwell termina seu livro com uma projeção tenebrosa, na qual Winston “Aceitava tudo. O passado era alterável. O passado nunca fora alterado” (ORWELL, 2021, p. 355). Uma correta aplicação do duplopensamento se faz necessária para poder, mais do que aceitar, compreender logicamente a sucessão dessas frases. Após sair da sua estadia no Ministério do Amor, quando reivindicou a tudo, até mesmo ao seu amor por Julia, toda a sua jornada de rebeldia foi usada para confirmar que não era possível rebelar-se. Sentado em um café poeirento e malcheiroso, inebriado pela bebida de má qualidade, sozinho, em estado de suspensão da consciência e escutando as últimas notícias da guerra que eram transmitidas pela teletela, Winston deixou duas lágrimas com aroma de gim escorrerem pelas laterais do nariz. “Mas estava tudo bem, estava tudo bem, a luta terminara. Ele vencera a si mesmo. Ele amava o Grande Irmão” (ORWELL, 2021, p. 379).

Após o final lúgubre, Orwell inicia imediatamente o Apêndice do livro. Já mencionado, tal seção é de cunho totalmente técnico e gramatical, que trata da versão final da décima primeira edição do dicionário de Novalíngua. Também outra forma de falar sobre linguagem e propaganda, é um texto cru e, na nossa visão, calculado, demonstrativo, por uma vez mais, da frieza do autor ao prognosticar a partir da sua realidade.

Quando a Velhalíngua [inglês moderno] fosse desbancada de uma vez por todas, o último elo com o passado se romperia. A história já fora reescrita, mas sobreviviam fragmentos da literatura do passado aqui e ali, censurados de modo imperfeito e, desde que a pessoa mantivesse seu conhecimento da Velhalíngua, era possível lê-los. No futuro, esse fragmentos, se conseguissem subsistir, seriam ininteligíveis e intraduzíveis (ORWELL, 2021, pp. 395-396).

Aqui, é possível observar quais são os “elos com o passado” com os quais o Partido deseja tanto romper: a história e a literatura. Com os registros narrativos históricos e literários



fora do caminho, o acesso ao que passou – logo, a consciência de si no tempo – é inatingível, concedendo ao Partido o poder total sobre a realidade.

### 3.2 Narrativa em forma de liberdade

A coisa que estava prestes a fazer era começar um diário [...] Winston colocou uma ponta no suporte para caneta e chupou-a para tirar o óleo. A caneta era um instrumento arcaico, usado raras vezes até mesmo para assinaturas, e ele obtivera uma, furtivamente e com certa dificuldade [...] Mergulhou a caneta na tinta e então hesitou, apenas por um segundo. Um tremor perpassara suas entranhas. Marcar o papel era um ato decisivo (ORWELL, 2021, pp. 15-16).

O primeiro ato de sublevação de Winston foi começar um diário. Articular as palavras em sentido lógico para narrar o acontecido em um dia da sua vida podia ser considerado crime. Não satisfeito com recriminar qualquer tipo de criação subjetiva, o Partido procura, a todo custo, impedir a capacidade de pensamento livre das pessoas. E a forma principal desse impedimento está no incapacitar a interpretação das coisas. Reside no podar a capacidade inerente humana da criatividade que, nas palavras de Hannah Arendt, é adicionar um pouco de si ao mundo ao redor (1998, p. 527).

Neste último capítulo, pretendemos refletir se o controle do pensamento realizado pelo Partido no romance *1984* pode ser lido a partir da concepção de tempo e narrativa do filósofo Paul Ricoeur, especificamente o círculo hermenêutico engendrado por ele.

Para Ricoeur o acesso às coisas é sempre mediado. Mediação feita pela história, pela língua, pela sedimentação de experiências de mundo. Dessa maneira, ele não se opõe à fenomenologia, à essência das coisas, porém, defende que o sentir não viria desvinculado de uma função ou de uma explicação prévia pelo outro. Além disso, para ele, nosso acesso ao sentido das coisas – aqui como sensação – é com o mundo em movimento. Por acreditar que acessamos a identidade das coisas, inclusive de nós mesmos, pela narrativa, que por sua vez é permeada de interpretação, adotamos o conceito de hermenêutica como exposto por ele em *Interpretação e Ideologias*: “A hermenêutica é a teoria das operações da compreensão em sua relação com a interpretação dos textos” (1977, p. 17). Podemos observar aqui no pensamento do autor inícios da conexão entre o *agir*, o *narrar* e o *interpretar*.

Servindo como apoio teórico-reflexivo acerca da ação humana e da manifestação narrativa da mesma – em registros históricos e literários –, Ricoeur nos oferece ponderações a respeito do tema quando escreve que “a literatura seria incompreensível para sempre se não viesse a configurar o que, na ação humana, já figura” (RICOEUR, 1994, p. 101). Temos,

assim, a categoria de mimese proposta pelo autor diretamente ligada à literatura. Ela é uma manifestação da transformação do acontecido em *algo novo*, a partir da configuração narrativa em forma de livro.

Mais do que a definição formal do dicionário, a de uma simples imitação, a mimese é um termo oriundo da antropologia filosófica e Ricoeur tende para esse lado da sua significação. No campo dos estudos do homem como um ser social e cultural, algumas definições podem ser dadas para a mimese: representação interpretativa, reprodução criativa, ato de assemelhar e de expressão, apresentação do eu. Cada uma das significações acima traz, enxertada em si, uma função quase que natural do ser humano de modificar aquilo com o que entra em contato. Uma imitação automática – que tem como produto uma cópia exata –, que desconsidera por completo o ator que a realiza, não ocorre.

Como construído na *Poética* por Aristóteles, o ser humano é o ser mais mimético de todos e a sua mimese é *alteradora* e *criativa*. Nenhuma leitura consegue repetir o texto, é uma interpretação que carrega toda a sedimentação de experiência e memória do ser. Como para Ricoeur nosso acesso às coisas é sempre mediado, o processo da mimese também carrega consigo uma bagagem do sujeito que deve ser considerada a cada passo do círculo.

Tendo em vista que o conceito de narrativa não é universal e pode ter diferentes significados dependendo da ótica aplicada sobre ele, consideramos importante delimitar o que compreendemos como o ato de *narrar*. Para isso, abordaremos uma das aporias significativas da experiência humana: o *tempo*.

Na sua busca para explicar as complexidades do sentido do tempo, Ricoeur, nos três tomos publicados em 1983-85 intitulados *Tempo e Narrativa*, defende que o tempo só é compreendido quando articulado de forma narrativa: “O tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal” (1994, p 85). Para ele, o núcleo da ideia de tempo repousa no ato de narrar. Ao situar o que veio antes e o que vem depois, ele adquire peso, comprimento e relevância através da formulação narrativa. A possibilidade de tornar inteligível o vivido, a experiência, é articulando tempo em ordem lógica, seja essa articulação oral, escrita ou inserida no pensamento – para o filósofo, nós acessamos a identidade das coisas, inclusive a nossa, através das narrativas que contamos para nós mesmos.

Em artigo denominado *Tempo, História e Compreensão Narrativa em Paul Ricoeur*, José Carlos Reis defende que o pensador francês reconcilia tempo e narrativa histórica.

Assim, “tempo e narrativa se constituem reciprocamente: o tempo vivido é o objeto da narrativa e a narrativa é a consciência de si possível do vivido” (REIS, 2016, pp. 24-25). Com isso, temos o conceito de narrativa como a inteligibilidade da ação humana, organizada de forma lógica para possibilitar, mais do que a compreensão prática, a interpretação subjetiva e livre de cada um.

Para Ricoeur, as narrativas histórica e ficcional são coladas à experiência vivida. Ela vem do e retorna para o vivido em um círculo, que permite a afetação e a interpretação dos conteúdos narrados ao entrelaçarem-se com a percepção da realidade de cada indivíduo. Esteja este indivíduo no campo vivido do que está sendo narrado, ou no outro vértice, o da leitura e interpretação dessa narrativa. Sujeito e história têm um ponto de partida e de retorno em comum, além do caminho trilhado em conjunto, configurado mútua e constantemente (RICOEUR, 1994, pp. 85-87).

Após compreender de maneira inicial como a narrativa é vista por Ricoeur, é preciso fazer uma ligação entre ela e o conhecimento histórico. Tal conhecimento, da forma que é passada para as pessoas, possui um caráter intrinsecamente narrativo, “que oferece inteligibilidade ao vivido ao articular tempo e ordem lógica.” (REIS, 2016, pp. 22-23). O processo é uma ligação indireta entre a vivência e o reconhecimento dela, através da reprodução de uma história em forma de narrativa. Como descrito por Reis em artigo citado anteriormente, em análise, Ricoeur, para fazer esta ligação, lança mão de três etapas formadoras de um círculo:

Para ele [Ricoeur], os três momentos do círculo hermenêutico fariam esta ligação indireta entre vivência e reconhecimento: mimese 1 (M1), prefiguração do campo prático; mimese 2 (M2), configuração textual deste campo; mimese 3 (M3), refiguração pela recepção da obra. A mimese 2 é a própria composição poética, a obra escrita do historiador, que é a operação de configuração de uma intriga (REIS, 2016, p. 28).

Tudo inicia no campo da *ação*. Como também visto em Arendt, a liberdade do ser humano de agir, de iniciar algo novo está no cerne da autonomia do sujeito. Para Ricoeur, o campo da ação envolve uma inteligibilidade criada por uma tessitura da intriga – intriga, aqui, no sentido grego aristotélico de *mythos*: palavra, discurso, enredo, entrelaço – que implica em agentes, motivações, fins, interação. Ademais, a capacidade de ligar esses implicadores em uma relação de intersignificação culmina na *compreensão prática* do acontecimento. Para relacionar a compreensão prática com a *compreensão narrativa*, alguns processos de pressuposição e de transformação acontecem (RICOEUR, 1994, p. 90). A narrativa, assim,

acrescenta à ação traços discursivos que dão ordem sintagmática à ela, trazendo à tona o caráter diacrônico de toda história.

A ação pode ser narrada, entre outras razões, por estar articulada em signos<sup>23</sup>, regras e normas. São esses *recursos simbólicos* que permitem a narração e também a sua compreensão em determinado meio: “Um sistema simbólico oferece assim um *contexto de descrição* para ações particulares” (RICOEUR, 1994, p. 93). Nesse sentido, a configuração narrativa na tessitura da intriga, assim como as perpetuações a partir de sua recepção, são afetadas pelas normas de uma cultura. A ação, depois de configurada em enredo, suscita aprovação ou reprovação em função de uma hierarquia de valores. No 1984, a ortodoxia de pensamento do *Socing* define o que é aprovado ou reprovado, o que é aceitável ou o que é passível de punição. E essa definição é absoluta.

Ao compreender o que Ricoeur entende como mimese, é possível partir para uma exposição do como elas se inter-relacionam nas três fases propostas pelo filósofo e como formam o círculo hermenêutico:

1. A mimese 1 (M1), como **prefiguração** do campo prático, é a ação. É o ocorrido. Possui um quê, um porquê, um como, um quem... Ela *propicia e pede* uma narração;
2. A mimese 2 (M2), como **configuração** textual deste campo prático, é a narrativa que acrescenta o discurso à compreensão prática. Faz uma configuração lógica do acontecido. Ela *propicia e pede* a interpretação do leitor;
3. A mimese 3 (M3), como **refiguração** pela recepção da obra, é o sentido pleno da narrativa através da interpretação subjetiva. A narrativa é restituída ao tempo do agir e do sentir (antes, presente na M1), completando e reiniciando o círculo.

Como Reis bem exemplifica no seu artigo: “O indivíduo que sai (M3) da sessão de psicanálise (M2) não é o mesmo que entrou (M1)” (2016, p. 33). Ricoeur refuta a tese do círculo ser um ciclo vicioso, uma vez que cada leitura está sujeita à subjetividade do receptor e que “a narrativa tem seu sentido pleno quando é restituída ao tempo do agir e do padecer em mimese III” (RICOEUR, 1994, p. 110), onde a ação exhibe-se e exhibe, também, sua

---

<sup>23</sup> Para lembrar os signos de Volóchinov, citados no segundo capítulo desta pesquisa. Eles permeiam as interações humanas e os objetos, dando a eles significado ideológico.

temporalidade específica. Para ele, é o leitor que conclui a obra na medida em que o escrito é um esboço para a leitura, por possuir lacunas, zonas de interpretação.

A ação oferece convenções, convicções, ambiguidades e perplexidades a serem dissolvidas e resolvidas de modo hipotético (RICOEUR, 1994, pp. 94-95) através da construção narrativa. Na compreensão do agir humano ergue-se a tessitura da intriga e a mimética textual e literária, que ocupam a posição intermediária de mediação na M2, pois a intriga também é mediadora: faz a conexão entre acontecimentos individuais e uma história.

O círculo pode repetir-se infinitas vezes, de maneira a formar uma espiral renovada e renovadora a cada fase. Uma ação prefigurada (M1) passa por uma configuração narrativa (M2) e entra em contato com o receptor (M3), refigurando-se em nova ação (M1). Porém, como alertado abaixo, o ciclo pode ser restringido:

O risco maior é o controle e o congelamento, pela força e pela técnica, da circularidade hermenêutica, que interromperia o movimento infinito da narração. Este risco ocorre de duas formas: 1º) do lado do receptor, *quando os indivíduos não conseguem reinterpretar M2*, vendo-a como a verdade absoluta da sua vivência. Quando os indivíduos não conseguem se apropriar de forma própria e original das M2 que lhes são apresentadas, eles passam a “imitá-las” no sentido negativo da mimese: repetem mecanicamente o sentido que lhes foi apresentado nas intrigas de M2 [...] 2º) do lado do autor, *quando uma M2 se apresenta como absoluta, incontestável*, e se implanta no vivido oferecendo-lhe um falso reconhecimento. Isto ocorre quando poderes totalitários procuram controlar o vivido, oferecendo-lhe o seu sentido integral, *a sua narrativa histórica oficial, impedindo a reinterpretação em M3* (REIS, 2016, pp. 33-34, grifos nossos).

O congelamento do ciclo, que o transforma numa repetição viciosa, tem seus benefícios para, como exemplificado por Reis, poderes totalitários. Mesmo referindo-se a governos reais, como o da Alemanha nazista ou o da Rússia soviética, a teoria do ciclo repetido de maneira viciosa aplica-se diretamente ao mundo ficcional de *1984*. No regime do Grande Irmão, a configuração narrativa (M2) do entretenimento em forma de filme, livros e propaganda, do passado e da história são apresentados de forma absoluta. Não há margem, por mínima que seja, para questionamento do que é apresentado pelo Partido – tanto pelo monumentalismo existente da instituição, tida como a detentora de toda a verdade, quanto pela inexistência de um contrapeso de comparação, esteja ele no presente ou no passado. Relembrando a situação do cidadão comum exposta no *livro dentro do livro*: “Isolado do contato com o mundo exterior e do passado, o cidadão de Oceânia é como um homem do espaço interestelar, que não tem como saber qual direção é para cima e qual é para baixo” (ORWELL, 2021, p. 256).

Assim, as duas formas apresentadas como riscos para o funcionamento saudável do círculo estão postas de maneira interdependentes: a visão da M2 enquanto absoluta – nascida da incapacidade criativa do sujeito ou oriunda de uma manipulação narrativa da mesma – resulta em uma leitura fria na M3, impossibilitando assim, a sua transformação em *algo novo*, em uma nova M1. A consequência desastrosa desse fechamento vicioso do círculo é possibilitar, sem questionamento, a perpetuação eterna de um regime de governo opressor e de condições de qualidade de vida desumanas.

Podemos considerar que a história de Winston no *1984* é o despertar de uma mente pensante que conseguiu quebrar com o ciclo vicioso da narrativa que acontecia por anos na Oceânia. E não consideramos coincidência tal jornada ter iniciado através da escrita. Após descrever em seu novo diário uma ida ao cinema

Winston parou de escrever, em parte porque estava com câimbra. Ele não sabia o que o havia feito despejar essa torrente de porcaria. O curioso foi que, enquanto fazia isso, uma lembrança totalmente diferente se tornara tão clara em sua mente que ele quase quisera anotá-la também (ORWELL, 2021, p. 18).

É possível perceber claramente o efeito linguístico transformador na subjetividade do protagonista. A escrita levou Winston a rememorar. Uma lembrança totalmente diferente emergiu na sua memória a partir da ação de narrar a sua ida ao cinema e despertou nele vontades de anotá-la também. É a ação (M1) *propiciando e pedindo* uma narração (M2). Como um efeito dominó, a narração de algo que aconteceu faz mexer em muitas outras peças que não são pensadas pelo autor no momento do início da escrita. Como um efeito cascata, uma memória puxa outra, que puxa outra, inundando assim a imaginação de *possibilidades* e de *refigurações* do vivido.

Na física, quando um objeto ou feixe de luz entra em contato com um meio diferente, ocorre *refração*. Visualmente, a continuidade é desfeita por modificar a velocidade de propagação da onda, mas a proporção direta é mantida. Paralelamente, isso é o que acontece a cada passo do círculo, a cada nova mimese. Uma *refração* do sentido ocorre. Como para Volóchinov:

Toda *refração ideológica do ser em processo de formação*, seja qual for a natureza de seu material significante, *é acompanhado de uma refração ideológica verbal*, como fenômeno obrigatoriamente concomitante. A palavra está presente em todos os atos de compreensão e em todos os atos de interpretação (VOLÓCHINOV, 2006, p. 36, grifos do autor).

Novamente, para o escritor russo, a palavra é instrumento essencial para a refração do sentido, assim como a língua o é para Orwell e a narrativa para Ricoeur. A palavra e a língua são instrumentalizadores da narrativa, que se manifesta através, entre outros meios, da escrita. Para além disso, a escrita em geral – e em específico a escrita de Winston em seu diário – desperta outro benefício no autor: o seu situar-se no tempo. Relembrando que, em *Tempo e Narrativa*, Ricoeur busca decifrar a aporia do tempo através da configuração narrativa da ação e defende que um dos modos de estruturar o tempo é pela linguagem, voltemos para um trecho do *1984*, onde, no seu diário, o protagonista escreve:

Para o futuro ou para o passado, para uma época em que o pensamento for livre, quando os homens forem diferentes uns dos outros e não viverem sozinhos... Para um época em que a verdade existir e o que for feito não possa ser desfeito:  
Da era da uniformidade, da era da solidão, da era do Grande Irmão, da era do duplo pensamento... Saudações! (ORWELL, 2021, p. 40)

Winston situou-se no tempo através da narrativa. Ao cumprimentar quem quer que seja no passado ou no futuro, ao dar saudações à outra época, Winston precisou caracterizar o seu tempo e, mais do que isso, reconhecer que tais características – como um dia podem não ter existido – podem um dia deixar de existir. Isso é a quebra da inconsciência da opressão causada pela falta de padrão de comparação. A narrativa levou o sujeito a perceber que o mundo poderia ser diferente, simplesmente por um dia já o ter sido.

## Considerações Finais

Durante o seu desenvolvimento, esta pesquisa realizou diversos movimentos. Ela formou-se e transformou-se durante o processo de leituras, escrita e experiências que, a todo novo passo que nunca se vê como o último, instiga e traz novas possibilidades. Durante a construção textual, a cada elo feito involuntariamente pelo pensamento, o objetivo tornou-se compreender como a linguagem tematizada de forma específica no universo ficcional tem íntimas relações com a propagação do poder político e social exercido por um governo opressor. A justificativa de ser da pesquisa, no entanto, manteve-se inalterada desde o início da produção do ainda projeto de pesquisa: a vontade de explicitar a importância da história.

A escolha da fonte não se fez por acaso. George Orwell é, provavelmente, o autor mais lido quando se trata de literatura distópica. E isso deve tornar-se ainda mais correto de afirmar depois que toda a sua produção, a partir de 1º de Janeiro de 2021, passou a ser, no Reino Unido e no Brasil, de domínio público. As tecnologias presentes nas suas obras – como por exemplo as *teletelas* – que, fruto do seu prognóstico, tornaram-se reais depois de décadas, são somente um ponto de atenção. A reflexão por ele possibilitada surge da sua habilidade de analisar o seu entorno, ver nele as contradições existentes e, então, criar uma narrativa sobre. E os seus escritos são providos de um senso de humor que, pela precisão e ironia, pode assustar.

Temos a literatura como uma manifestação artística do vivido e, como toda arte, com capacidades de criticar e de ensinar. A literatura distópica, especificamente, possui uma origem de quebra com o estabelecido. Ao surgir com impulsos de demonstrar que a visão de mundo utópica – com uma certa pretensão de trajetória histórica gloriosa – possui sérias limitações, a “fria geração” distópica busca correção. Somente a partir de um diagnóstico de realidade mais preciso é possível prognosticar com maior exatidão. Todos os elementos fundantes e mantenedores do Partido dentro do livro vieram de alguma experiência de Orwell durante sua vida: a opressão de governos, depois da vivência na prática com o imperialismo em sua passagem pela Birmânia; o uso intencionado da linguagem, a partir da análise de discursos políticos de governos europeus; a alteração deliberada de registros, após seu voluntariado na Espanha. Ao ver as mais diferentes atrocidades, Orwell se viu no papel de intelectual, incumbido de falar – que também é agir – sobre as discrepâncias observadas.

Não há dúvidas que a principal influência para a criação de todo o governo presente na Oceânia foi o terror dos regimes totalitários. Assim, procuramos trabalhar com o que o



romance pode dizer sobre esse ponto de inflexão histórico e com o que pode ser dito sobre ele em forma de ensaio filosófico. Com foco no sujeito, no lugar que o indivíduo ocupa dentro de um regime totalitário, a partir das criações de George Orwell e dos pensamentos de Hannah Arendt, visamos mostrar que o anulamento da inventividade humana é pretendido, alcançado e benéfico para esses regimes. Os artifícios da linguagem são usados largamente para controlar e restringir o pensamento e anular a capacidade da reprodução saudável de ideias.

A partir de Paul Ricoeur, é possível compreender como o vivido propicia e pede uma configuração em narrativa. A partir do círculo hermenêutico, a recepção da história narrada solicita uma interpretação, nova e rica em singularidades, que estimula o acontecido em uma nova ação. Em situações específicas, como a de regimes totalitários opressores, a interpretação livre é impedida intencionalmente. Assim, o indivíduo não consegue realizar o caminho renovador da mimese, tornando impossível um pensamento narrativo que o ajude a situar-se no tempo. Sem passado, o futuro é exatamente igual ao presente. Com isso, pretendemos demonstrar que a existência de um indivíduo, e por consequência de uma sociedade, sem vontade de *agir*, sem *ânsia de mudar* seu meio, só é possível se, em dito meio, não existir história.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fonte

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Editora Aleph, 2021.

### Bibliografia consultada

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

\_\_\_\_\_. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Lingüísticas: O que Falar Quer Dizer**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

BRIZOTTO, Bruno. Controle do passado e manipulação memorial em *1984*. **Revista Athena**, v. **13**, n. **2**, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/athena/article/view/2893>.

CANDIDO, Antônio; et al. **A Personagem de Ficção**. Editora Perspectiva, 2009.

CHAVES, Flávio Loureiro. **História e Literatura**. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1988.

CRESPANI, André Luís Lucero. **A história impedida: A falsificação da fonte histórica em "1984" de George Orwell**. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

DA SILVA, Matheus Cardoso. **É possível contar a história? George Orwell e a re-invenção da linguagem sob o totalitarismo**. In: anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história? Ouro Preto: Edufop, 2009.

EAGLETON, Terry. **Ideologia. Uma introdução**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

\_\_\_\_\_. **Teoria da literatura: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ERALLDO, Douglas. A impossibilidade do revolucionar-se: um olhar sobre os proletas em 1984, de George Orwell. **Mosaico**, v. **16**, n. **1**, 2017. Disponível em: <http://www.olhodagua.ibilce.unesp.br/index.php/revistamosaico/article/view/433>.

FRANCISCO, Rafael da Cunha Duarte. **O inferno dos vivos: as transformações da ficção distópica na tradição literária contemporânea (1932-2015)**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

HITCHENS, Christopher. **A vitória de Orwell**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LECLERC, Gérard. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

LEITE, Paulo Victor Arouche Costa. **George Orwell e a busca pela verdade linguagem, história e memória no universo ficcional de 1984**. 2018. 142. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História/CCH) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

LOSURDO, Domenico. **Para uma crítica da categoria de totalitarismo**. Crítica Marxista, 17, 2003, p. (51-79). Disponível em: [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id\\_revista=17&numero\\_revista=17](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id_revista=17&numero_revista=17).

MANGUEL, Alberto. **Uma História da Leitura**. Lisboa: Editorial Presença, 2010.

MARTINS, Giovana Maria Carvalho. **O uso de literatura como fonte histórica e a relação entre Literatura e História**. Universidade Estadual de Londrina, 2015.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. São Paulo: Cultrix, 2004.

MORAES, Alexia de Oliveira. **Direito à verdade e à memória em 1984 de George Orwell e em Engenharia Reversa (Black Mirror): uma análise na perspectiva dos Direitos Humanos, à luz do pensamento de Hannah Arendt**. Monografia (graduação em Direito) – Departamento de Direito, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/12637>.

OLIVEIRA, Terezinha de Assis. **Linguagem e memória em Fahrenheit 451 e 1984**. 87 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Federal de Goiás. Catalão, 2014. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7429>.

ORWELL, George. **Dentro da baleia e outros ensaios**. São Paulo: Principis, 2021.

PASQUALI, Anna Carolina. **Novafala: a língua como instrumento de manipulação em 1984, de George Orwell**. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras-Português da Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2020.

PAVLOSKI, Evanir. **1984. A distopia do indivíduo sob controle**. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005.

PAXTON, Robert. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007.

REIS, José Carlos. Tempo, História e Compreensão Narrativa em Paul Ricoeur. **Locus: Revista de História**, 12 (1), 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20634>.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1990.

\_\_\_\_\_. **Tempo e narrativa – Tomo I**. Campinas: Papyrus Editora, 1994.

\_\_\_\_\_. **Tempo e narrativa – Tomo II**. Campinas: Papyrus Editora, 1995.

SILVA, Matheus Cardoso da. **O último homem da Europa: a luta pela memória no universo não ficcional da obra de George Orwell, 1937-1949**. Dissertação de Mestrado

apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-26112010-125409/en.php>.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

TRAVERSO, Enzo. Revisão e revisionismo. In: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. **Contribuição à crítica da historiografia revisionista**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec Editora, 2006.